

ITAÚSA

Investimentos Itaú S.A.

1º semestre 2002

Reunião Abamec
26 de agosto de 2002

relacoes.investidores@itausa.com.br



www.itausa.com.br

PRINCIPAIS INDICADORES DAS EMPRESAS CONTROLADAS PELA ITAÚSA

R\$ mil

	1º Semestre	Área Financeira e de Seguros		Área Industrial			Consolidado/ Conglomerado ⁽²⁾
		Banco Itaú S.A. (Consolidado)	Seguros, Previdência e Capitalização ⁽¹⁾	Duratex	Itautec Philco	Elekeiroz	
Ativos Totais	2002	87.021.746	5.539.704	1.479.634	831.836	397.870	90.273.061
	2001	74.885.902	5.491.950	1.471.619	802.618	213.867	77.879.907
Receitas Operacionais ⁽³⁾	2002	14.964.006	1.951.341	382.361	642.464	101.899	16.366.840
	2001	10.936.658	1.688.577	380.496	561.280	61.841	12.117.525
Lucro Líquido	2002	1.047.831	142.362	27.065	16.485	4.032	1.184.262
	2001	1.456.829	204.869	37.365	(6.188)	4.297	1.654.759
Patrimônio Líquido	2002	8.288.313	1.578.976	878.803	280.860	158.986	10.593.436
	2001	7.310.904	2.176.499	864.414	262.876	149.150	9.412.724
Rentabilidade anualizada (LL/PL) %	2002	26,9%	18,8%	6,3%	12,1%	5,1%	23,6%
	2001	43,8%	19,7%	8,8%	-4,7%	5,8%	38,3%
Geração Interna de Recursos ⁽⁴⁾	2002	2.489.937	221.011	88.990	45.020	9.489	2.577.485
	2001	2.339.993	105.443	59.497	14.670	8.370	2.520.508

(1) Os dados relativos às empresas seguradoras, de previdência e capitalização consolidados no Banco Itaú S.A. estão sendo apresentados, também separadamente de modo a evidenciá-los.

(2) Os dados do consolidado/conglomerado apresentam valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não realizados de operações intercompanhias.

(3) Seguindo tendência mundial, as Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

- Banco Itaú S.A.: somatório das Receitas da Intermediação Financeira, Receitas de Serviços, Receitas de Prêmios de Seguros, Capitalização e Planos de Previdência e outras Receitas Operacionais;
- Seguros, Previdência e Capitalização: considera as Receitas de Prêmios de Seguros, Capitalização, Planos de Previdência, Receitas Financeiras e Ganhos de Capital;
- Duratex, Itautec Philco e Elekeiroz: considera as Receitas Líquidas de Vendas de Produtos e/ou Serviços.

(4) Engloba os recursos provenientes das operações:

- acrescidos da despesa de provisões para créditos de liquidação duvidosa;
- não consideradas as variações das provisões matemáticas de capitalização e previdência e consideradas as variações de sinistros a liquidar, créditos e débitos de operações com seguros e despesas de comercialização diferidas de seguros, previdência e capitalização.

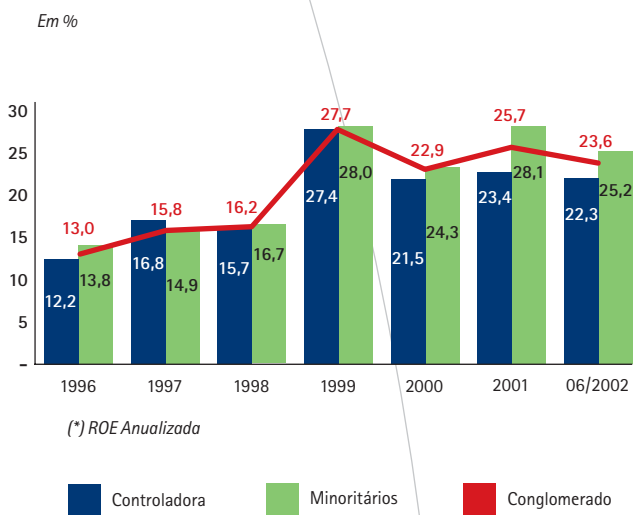
Princípios do Grupo	02
Retorno sobre o Patrimônio Líquido – ROE	02
Indicadores de Performance	03
Estrutura Acionária	04
Performance da Ação – Liquidez e Valorização	05
Presença Internacional	06
Governança Corporativa	08
Fato Relevante	09
Política de Divulgação	10
Política de Negociação	17
Demonstrações Contábeis Consolidadas	27
Relatório da Administração	28
Balanco Patrimonial Consolidado	42
Demonstração Consolidada do Resultado	44
Notas Explicativas	45
Parecer do Conselho Fiscal	62
Parecer dos Auditores Independentes sobre a Revisão Limitada	63
Guia do Site de Relações com Investidores	65
Administração	85

PRINCÍPIOS DO GRUPO

- Valorização do Capital Humano
- Ética nos Negócios
- Vocação para Expansão com Base na Tecnologia de Gestão e Produção
- Geração de Valor para os Acionistas de Forma Continuada e Sustentável

Estes princípios fundamentam a competitividade por meio da melhoria contínua da **qualidade dos serviços e produtos**, com base no desenvolvimento próprio e na absorção das mais modernas tecnologias disponíveis, o que tem proporcionado ao Grupo a liderança em diferentes setores.

RENTABILIDADE SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO - ROE

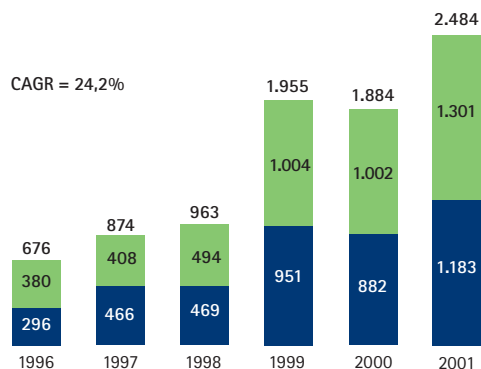


"Destacamos 3 razões principais pelos quais a Itaúsa não merece ser negociada com desconto em relação ao Itaú: (I) a forte tradição da empresa de foco estratégico; (II) o fato de que nos últimos três anos a Itaúsa distribuiu 100% dos dividendos recebidos do Itaú (...); e, para os investidores preocupados com liquidez, (III) a Itaúsa é a 11ª ação mais líquida no mercado local, negociando uma média de US\$ 3,3 milhões por dia".

CSFB; Maio de 2002 (Traduzido pela Itaúsa)

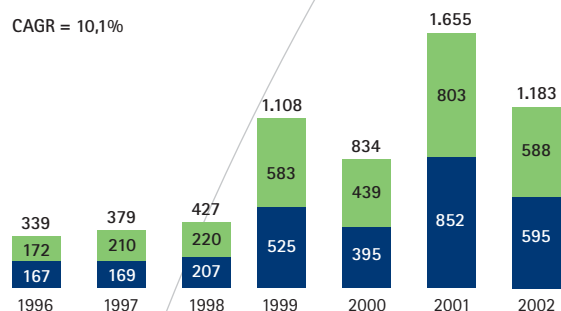
LUCRO LÍQUIDO DO CONGLOMERADO - ANUAL

Em R\$ Milhões



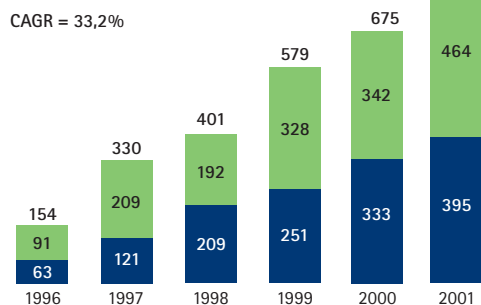
LUCRO LÍQUIDO DO CONGLOMERADO - DE JANEIRO ATÉ JUNHO

Em R\$ Milhões



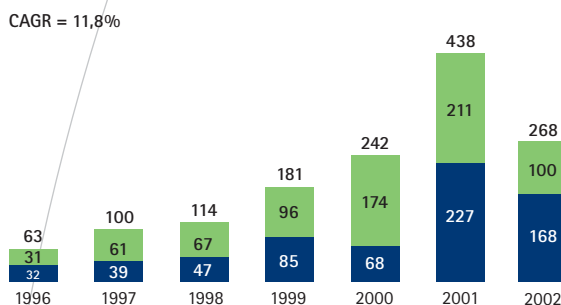
DIVIDENDOS / JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO - ANUAL

Em R\$ Milhões



DIVIDENDOS / JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO - DE JANEIRO ATÉ JUNHO

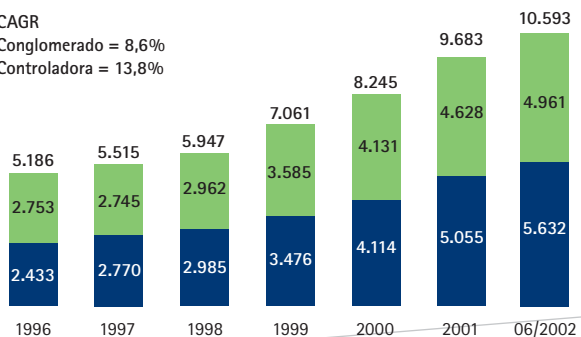
Em R\$ Milhões



PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONGLOMERADO

Em R\$ Milhões

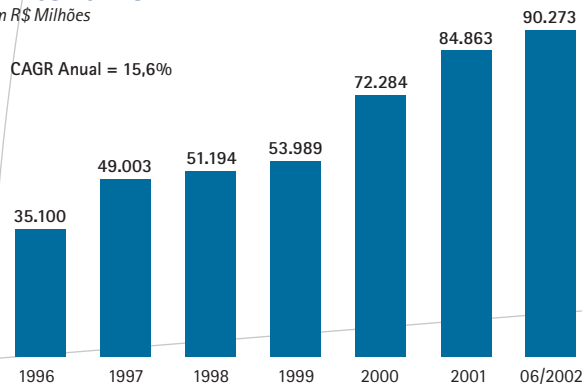
CAGR
Conglomerado = 8,6%
Controladora = 13,8%



ATIVOS TOTAIS

Em R\$ Milhões

CAGR Anual = 15,6%



Minoritários

Controladora

ESTRUTURA ACIONÁRIA

A Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. é o 2º Maior Grupo Privado Brasileiro por volume de receitas segundo a revista "Exame - Maiores e Melhores", edição de Julho/2002; 492º Maior Empresa do Mundo segundo o Ranking Global 500 da revista Fortune - Julho/2002; 124º Maior Empresa de Mercados Emergentes segundo a revista Businessweek - Julho/2002 e o 9º Maior Grupo Brasileiro por Patrimônio, de acordo com a revista Balanço Anual Nacional - Julho/2002, da Gazeta Mercantil. Trata-se de uma *holding* de diversas empresas atuantes em vários setores de mercado. Destacam-se:

- no setor financeiro e de seguros, as atividades do Banco Itaú e suas subsidiárias (dentre elas os Bancos Banerj, Bemge, Banestado e Itaú Buen Ayre) e da Itaúsa Portugal e suas subsidiárias (dentre elas, o Banco Itaú Europa e o Banco Itaú Europa Luxembourg);
- no setor industrial e imobiliário, destacam-se as empresas Duratex (materiais de construção), Itautec Philco (informática e componentes eletrônicos), Elekeiroz (produtos químicos) e Itaúsa Empreendimentos (setor imobiliário).

30 de junho de 2002

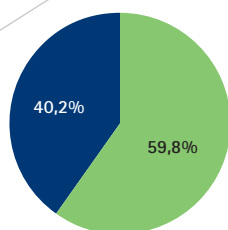
Quantidades

Quantidade de Acionistas:	8.850
Ações Preferenciais em Circulação (em milhares):	1.992.724
Ações Ordinárias em Circulação (em milhares):	1.156.079
Total de Ações em Circulação (em milhares):	3.148.803

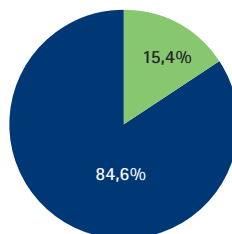
Em 30.06.2002 a Itaúsa não detinha ações em tesouraria.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

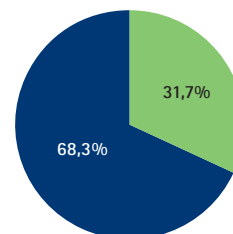
Distribuição de Ações Ordinárias



Distribuição de Ações Preferenciais



Distribuição Total de Ações

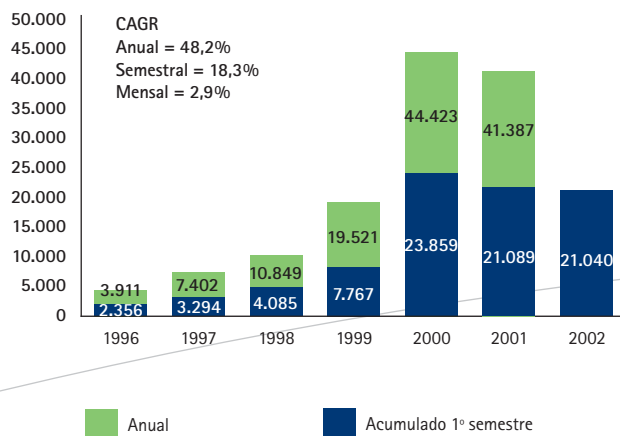


Free Float

Família E.S.A.

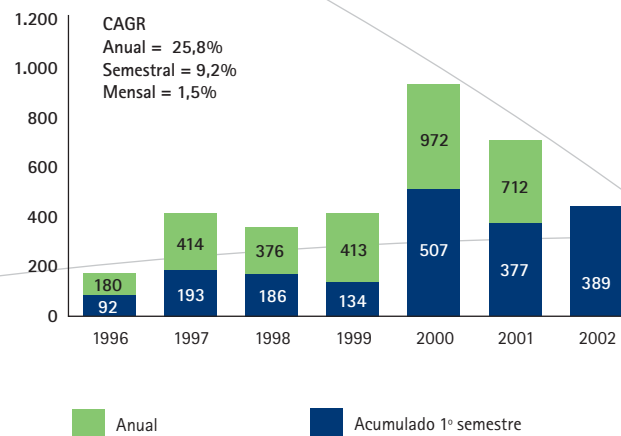
PERFORMANCE DA AÇÃO - LIQUIDEZ E VALORIZAÇÃO

QUANTIDADE DE NEGÓCIOS^(*)



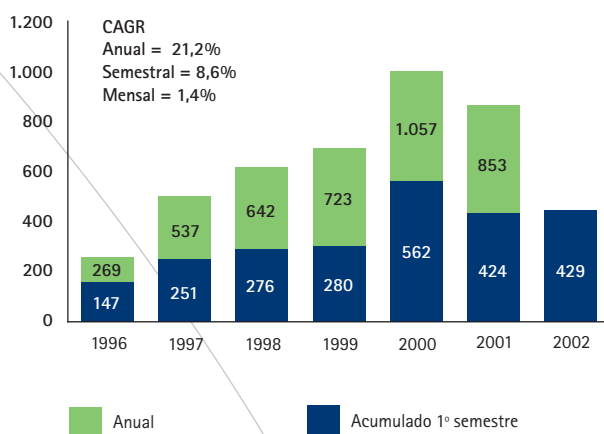
VOLUME NEGOCIADO^(*)

Em US\$ Milhões



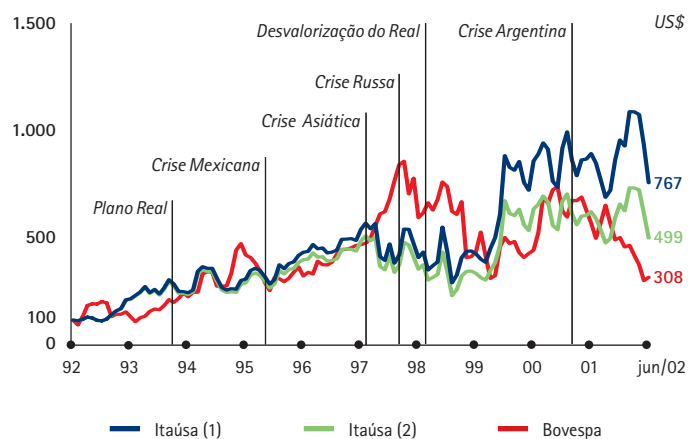
QUANTIDADE DE TÍTULOS NEGOCIADOS^(*)

Em Milhões



VALORIZAÇÃO DAS AÇÕES PREFERENCIAIS ITAÚSA

Evolução de US\$ 100 investidos em junho de 1992



Valorização Média

	Itaúsa (1)	Itaúsa (2)
10 anos	22,59%	17,45%
5 anos	7,26%	0,65%
12 meses	-15,55%	-20,33%
2.002	-21,27%	-24,77%

(*) Ações Ordinárias e Preferenciais

(1) Com reinvestimento de dividendos

(2) Sem reinvestimento de dividendos

PRESENÇA INTERNACIONAL - ITAÚSA

ESTADOS UNIDOS

Banco Itaú
Duratex North America
Itautec America
Itaú Securities, Inc.

ILHAS CAYMAN

Itaú Bank Ltd
Banco Itaú

ARGENTINA

Banco Itaú Buen Ayre
Deca Piazza
Itautec Argentina

URUGUAI

IFE - Banco Bemge

ALEMANHA

Banco Itaú
Escritório de Representação - Frankfurt

LUXEMBURGO

Banco Itaú Europa Luxemburgo

BÉLGICA

Duratex Europe

PORTUGAL

Itaúsa Portugal
Banco Itaú Europa
Banctec
Douro SGPS
Afinco Américas Madeira, SGPS, Ltda.
BPI

BRASIL

Banco Itaú
Duratex
Itautec Philco
Deca
Elekeiroz
Itaúsa Empreendimentos



JAPÃO

Banco Itaú
Escritório de Representação - Tóquio

ITAÚSA

Investimentos Itaú S.A.

PRINCIPAIS EMPRESAS CONTROLADAS



Empresas Controladas e Coligadas: 145



Governança Corporativa é o sistema que permite aos acionistas ou cotistas o governo estratégico de sua empresa e a efetiva monitoração da direção executiva. As ferramentas que garantem o controle da propriedade sobre a gestão são o Conselho de Administração, a Auditoria Independente e o Conselho Fiscal. A empresa que opta pelas boas práticas de Governança Corporativa impõe ao Conselho de Administração, representante dos acionistas ou cotistas, o papel de estabelecer as estratégias, eleger a Diretoria, fiscalizar e avaliar o desempenho da gestão e escolher a Auditoria independente.

O Conselho exerce a função, de fato, de controlador da propriedade. Além de instalar a equidade de poder nas companhias, certifica os sócios de uma gestão transparente e responsável pelos resultados, o que define a boa Governança Corporativa. O sistema de Governança Corporativa visa, em última análise, agregar valor para os acionistas.

Vários países adotam códigos de melhores práticas de Governança Corporativa. No Brasil, o IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) publica seu código desde 1999 e a nova lei das S.As. incorpora diversos princípios de Governança Corporativa.

A Itaúsa - Investimentos Itaú S.A., reafirmando seus compromissos históricos com a transparência, a governança corporativa e o fortalecimento do mercado de capitais está entre as primeiras empresas que, em 26 de junho de 2001, aderiram ao **"Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa,"**

passando a fazer parte do Índice de Governança Corporativa da Bovespa (IGC).

A adesão ao Nível 1 da Bovespa dá maior destaque aos esforços das empresas na melhoria da relação com investidores e eleva o potencial de valorização de suas ações no mercado.

Na última composição divulgada do IGC (válida até agosto de 2002), a ação preferencial da Itaúsa era o terceiro papel com maior peso dentre os 32 papéis que compõem a carteira teórica, com 8,7% de participação. Se somarmos a este número a participação do Itaú, concluímos que o Grupo Itaúsa possui 24,5% da carteira teórica do IGC.

Em abril de 2002 os acionistas da Itaúsa aprovaram a adoção do **Tag Along** para as ações preferenciais. Ou seja, em caso de mudança no controle da Itaúsa, os acionistas preferencialistas terão os mesmos direitos concedidos pela legislação aos acionistas ordinaristas não controladores quando da oferta pública (80% do valor pago para adquirir o controle).

A CVM publicou sua Instrução nº 358 em 3 de janeiro de 2002. Esta Instrução, visando uniformizar práticas de divulgação e negociação por parte das empresas, tornou obrigatória a adoção de uma **Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante** e facultou às empresas a adoção de uma **Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão Própria**.

A seguir, você confere o comunicado conjunto da Itaúsa e do Itaú de lançamento das Políticas e o texto integral das Políticas da Itaúsa.

FATO RELEVANTE

COMUNICADO SOBRE POLÍTICAS DE DIVULGAÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE E DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DE EMISSÃO DO BANCO ITAÚ S.A. E DA ITAÚSA

Informamos que o Conselho de Administração do Banco Itaú, em reunião realizada no dia 31 de julho, e o Conselho de Administração da Itaúsa, em reunião na mesma data, aprovaram as Políticas de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários do Banco Itaú e da Itaúsa, conforme expresso na Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002. Enviamos nesta mesma data os documentos à CVM e à Bovespa. Vale ressaltar que a CVM exigiu, através da referida Instrução, a obrigatoriedade apenas da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, sendo que a Política de Negociação era facultativa às companhias registradas.

Nossas Políticas de Divulgação de Ato ou Fato Relevante estão em conformidade com todas as regras estabelecidas pela CVM, e vão ainda além. Instituem o Comitê de Divulgação, composto por membros da Diretoria e do Conselho de Administração, cuja função principal será a de assessorar o Diretor de Relações com Investidores na administração da Política, avaliando permanentemente sua atualidade e propondo alterações pertinentes. Define o conceito de "pessoas vinculadas" à companhia - são aquelas que têm por obrigação aderir à Política -, inclusive expandindo sua abrangência além do quadro de funcionários do Itaú e Itaúsa. A política também inova ao atender a *Reg FD (Fair Disclosure)* e regras de divulgação

específicas da Bolsa de Valores de Nova Iorque (*New York Stock Exchange - NYSE*), que é informada na data de envio sobre os relatórios exigidos pela SEC.

O Banco Itaú e a Itaúsa optaram por divulgar suas políticas de negociação, que a CVM, através da Instrução 358, facultava às companhias abertas. O Itaú já tinha uma Política de Negociação de Valores Mobiliários que, em face das novas condições de mercado e exigências regulatórias, teve seu escopo e competências ampliados. As Políticas trazem inovações ao roteiro proposto pela CVM na Instrução 358, como a ampliação do conceito de pessoa impedida de negociar - em outras palavras, aumentamos o rol de pessoas que terão algum tipo de restrição à negociação de valores mobiliários do Itaú e da Itaúsa - e à maior rigidez à negociação dos valores mobiliários da empresa por pessoas vinculadas a ela. Também cria um Comitê de Negociação e prevê sanções disciplinares de acordo com as normas internas de nossas empresas em caso de descumprimento da Política.

Acreditamos que estas políticas são um reflexo da postura ética, democrática e rigorosa no cumprimento das exigências legais que a Itaúsa, o Banco Itaú e seus funcionários sempre adotaram. Mais ainda, estamos nessa oportunidade reafirmando nossa transparência e respeito para com o Mercado de Capitais.

Alfredo Egydio Setubal

Diretor de Relações com Investidores
Banco Itaú S.A.

Henri Penchas

Diretor de Relações com Investidores
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.

POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE DA ITAÚSA

ÁREA FINANCEIRA

1. PRINCÍPIOS GERAIS

- 1.1. A POLÍTICA estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados na divulgação de ato ou fato relevante e na manutenção do sigilo de tais informações ainda não divulgadas, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, com o escopo de divulgar aos órgãos competentes e ao mercado informações completas e tempestivas sobre atos e fatos relevantes relacionados à companhia, conforme definidos no subitem 2.1, assegurando igualdade e transparência dessa divulgação a todos os interessados, sem privilegiar alguns em detrimento de outros.
- 1.2. Fica instituído o Comitê de Divulgação, ao qual caberá, no que tange à POLÍTICA:
 - a) assessorar o Diretor de Relações com Investidores;
 - b) avaliar permanentemente a sua atualidade e propor as alterações pertinentes;
 - c) deliberar sobre dúvidas de interpretação do seu texto;
 - d) determinar as ações necessárias para a sua divulgação e disseminação, inclusive junto ao corpo de funcionários da companhia;
 - e) analisar previamente o conteúdo dos comunicados à imprensa (press releases), reuniões com investidores e analistas (road shows), teleconferências e apresentações públicas que contenham informações relevantes sobre a companhia;
 - f) regular as adesões;
 - g) apurar e decidir casos de violação;
 - h) analisar questionamentos oficiais dos órgãos reguladores e auto-reguladores e elaborar as respectivas respostas;
 - i) propor solução para casos omissos e excepcionais.

- 1.2.1. O Comitê de Divulgação será composto pelo Diretor de Relações com Investidores e por dois membros do Conselho de Administração, indicados pelo próprio Conselho, e reunir-se-á sempre que convocado pelo Diretor de Relações com Investidores.

2. CONCEITO DE ATO OU FATO RELEVANTE

- 2.1. Considera-se relevante qualquer decisão do acionista controlador, deliberação da assembleia geral ou dos órgãos de administração da companhia, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos seus negócios, que possa influir de modo ponderável:
 - 2.1.1. na cotação dos valores mobiliários de emissão da companhia ou a eles referenciados;
 - 2.1.2. na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter aqueles valores mobiliários;
 - 2.1.3. na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários emitidos pela companhia ou a eles referenciados.
- 2.2. São exemplos de atos ou fatos relevantes, desde que possam produzir qualquer dos efeitos acima, dentre outros, os seguintes:
 - 2.2.1. assinatura de acordo ou contrato de transferência do controle acionário da companhia, ainda que sob condição suspensiva ou resolutiva;
 - 2.2.2. mudança no controle da companhia, inclusive através de celebração, alteração ou rescisão de acordo de acionistas;

- 2.2.3. celebração, alteração ou rescisão de acordo de acionistas em que a companhia seja parte ou interveniente, ou que tenha sido averbado no livro próprio da companhia;
- 2.2.4. ingresso ou saída de sócio que mantenha, com a companhia, contrato ou colaboração operacional, financeira, tecnológica ou administrativa;
- 2.2.5. autorização para negociação dos valores mobiliários de emissão da companhia em qualquer mercado, nacional ou estrangeiro;
- 2.2.6. decisão de promover o cancelamento de registro da companhia;
- 2.2.7. incorporação, fusão ou cisão envolvendo a companhia ou empresas ligadas;
- 2.2.8. mudança na composição do patrimônio da companhia;
- 2.2.9. aquisição ou alienação de investimento relevante;
- 2.2.10. transformação ou dissolução da companhia;
- 2.2.11. mudança de critérios contábeis adotados pela companhia;
- 2.2.12. renegociação de dívidas;
- 2.2.13. aprovação de plano de outorga de opção de compra de ações;
- 2.2.14. alteração nos direitos e vantagens dos valores mobiliários emitidos pela companhia;
- 2.2.15. desdobramento ou grupamento de ações ou atribuição de bonificação;
- 2.2.16. aquisição de ações da companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, e alienação de ações assim adquiridas;
- 2.2.17. lucro ou prejuízo da companhia e a atribuição de proventos, em dinheiro;
- 2.2.18. celebração ou extinção de contrato ou o insucesso

na sua realização, quando a expectativa de sua concretização for de conhecimento público;

- 2.2.19. aprovação, alteração ou desistência de projeto ou atraso em sua implantação;
- 2.2.20. início, retomada ou paralisação da fabricação ou comercialização de produto ou da prestação de serviço;
- 2.2.21. descoberta, mudança ou desenvolvimento de tecnologia ou de recursos da companhia;
- 2.2.22. modificação de projeções divulgadas pela companhia;
- 2.2.23. impetração de concordata, requerimento ou confissão de falência ou propositura de ação judicial que possa vir a afetar a situação econômico-financeira da companhia.

3. DEVERES E RESPONSABILIDADES NA DIVULGAÇÃO DO ATO OU FATO RELEVANTE

- 3.1. Compete ao Diretor de Relações com Investidores:
 - 3.1.1. divulgar e comunicar aos mercados e aos órgãos competentes (subitem 4.3, "a") qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da companhia;
 - 3.1.2. zelar pela ampla e imediata disseminação do ato ou fato relevante;
 - 3.1.3. divulgar o ato ou fato relevante simultaneamente a todos os mercados em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação;
 - 3.1.4. prestar aos órgãos competentes, quando por estes exigido, esclarecimentos adicionais à divulgação de ato ou fato relevante;
 - 3.1.5. inquirir as pessoas que tenham acesso a atos ou fatos relevantes, na hipótese do subitem anterior

ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da companhia ou a eles referenciados, com o objetivo de averiguar se elas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

3.2. São pessoas vinculadas à companhia:

- a) (i) os seus acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária; (ii) as mesmas pessoas de sua controladora, controlada ou coligada;
- b) os funcionários da companhia, ou de sua controladora, controladas ou coligadas que, em razão do cargo, função ou posição que ocupam, tenham acesso privilegiado a qualquer informação relevante;
- c) qualquer outra pessoa que, por qualquer circunstância, possa ter conhecimento de informação relevante, tais como consultores, auditores independentes, analistas de empresas de rating e assessores.

3.3. Compete às pessoas vinculadas referidas na letra "a) (i)" do subitem 3.2, e somente a elas:

- 3.3.1. comunicar ao Diretor de Relações com Investidores ou, na sua ausência, ao Presidente da companhia, o ato ou fato relevante de que venham a ter conhecimento;
- 3.3.2. comunicar à CVM, depois de ouvido o Comitê de Divulgação, o ato ou fato relevante de que tiverem conhecimento pessoal caso o Diretor de Relações com Investidores seja omissivo no cumprimento do seu dever de divulgar ou informar.

3.4. As pessoas vinculadas deverão manter sigilo das

informações relativas a ato ou fato relevante, até a sua divulgação ao mercado, nos termos do subitem 5.2.

3.4.1. A pessoa vinculada que comunicar, inadvertidamente, ato ou fato relevante a qualquer pessoa não vinculada, antes de sua divulgação ao mercado, informará, de imediato, ao Diretor de Relações com Investidores a comunicação indevida, para que este tome as providências cabíveis.

3.5. A companhia não divulgará projeções de seus resultados.

3.5.1. A companhia poderá noticiar, no site <http://www.itausa.com.br>, sem com isso validar, as expectativas do mercado sobre seus resultados.

3.5.2. A área responsável pelo controle econômico poderá verificar previamente o teor dos relatórios dos analistas, de modo a evitar a veiculação de dados ou informações, já de domínio público, incorretas ou imprecisas.

4. PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO E DE DIVULGAÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE

- 4.1. O documento de divulgação de ato ou fato relevante será elaborado pelo Comitê de Divulgação, o qual poderá solicitar a participação das Diretorias envolvidas na operação ou negócio que deu origem ao ato ou fato relevante.
- 4.2. O documento de divulgação de ato ou fato relevante deverá ser claro e preciso e utilizar linguagem acessível ao público investidor.
- 4.3. O órgão encarregado dos assuntos corporativos divulgará, sob supervisão do Diretor de Relações com Investidores, o ato ou fato relevante, prioritária e simultaneamente:
 - a) à CVM, por meio do seu site, à BOVESPA e, se for o caso, à SEC (U.S. Securities and Exchange Commission), à NYSE

- (New York Stock Exchange), por intermédio do formulário 6-K, e às demais bolsas de valores e às entidades do mercado de balcão organizado;
- b) ao mercado em geral, na forma indicada no subitem 4.9.
- 4.3.1. Após essa divulgação, a pessoa encarregada pelo Diretor de Relações com Investidores poderá divulgar ao mercado o ato ou fato relevante por correio eletrônico e disponibilização no website de Relações com Investidores, ocasião em que a assessoria de imprensa também poderá divulgá-lo. A assessoria de imprensa é o órgão encarregado de manter contato com a mídia em geral e de atender aos jornalistas.
- 4.4. O ato ou fato relevante veiculado por qualquer meio de comunicação ou em reuniões com entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no país ou no exterior, deverá ser simultaneamente divulgado ao(s) mercado(s) em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação (subitem 3.1.3).
- 4.5. A divulgação do ato ou fato relevante deverá ocorrer, sempre que possível, após o encerramento dos negócios ou antes do início do dia seguinte, nas bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação.
- 4.5.1. Na hipótese de os valores mobiliários da companhia serem admitidos à negociação simultânea em mercados de diferentes países, cujos horários de início e encerramento dos negócios sejam incompatíveis, prevalecerá, para fim de aplicação do subitem 4.5, o horário de funcionamento do mercado brasileiro.
- 4.6. Caso seja imperativo que a divulgação do ato ou fato relevante ocorra durante o horário de negociação, o Diretor de Relações com Investidores poderá solicitar, sempre simultaneamente às bolsas de valores e entidades de mercado de balcão organizado, nacionais ou estrangeiras, a suspensão da negociação dos valores mobiliários de emissão da companhia, ou a eles referenciados, pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante.
- 4.7. Os atos e fatos relevantes podem excepcionalmente deixar de ser divulgados se os acionistas controladores ou os administradores entenderem que sua revelação porá em risco interesse legítimo da companhia.
- 4.7.1. O Diretor de Relações com Investidores divulgará imediatamente o ato ou fato relevante mencionado no subitem 4.7 se a informação relevante escapar ao controle, se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da companhia ou a eles referenciados ou se a CVM, ou a SEC decidirem pela divulgação.
- 4.7.1.1. Quando for o caso, o Diretor de Relações com Investidores prestará os esclarecimentos necessários às bolsas de valores.
- 4.8. A companhia não se manifestará sobre rumores existentes no mercado a seu respeito, exceto se influenciarem de modo ponderável a cotação de seus valores mobiliários.
- 4.9. A divulgação ao mercado exigida pela lei ocorrerá por intermédio da publicação em jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela companhia e no Diário Oficial do Estado.
- 4.9.1. Adicionalmente, a companhia poderá divulgar o ato ou fato relevante pelos seguintes meios:
- a) rede mundial de computadores (Internet), no site

<http://www.itausa.com.br>;

- b) correio eletrônico;
- c) teleconferência;
- d) reunião pública com entidades de classe, investidores, analistas ou com público interessado, no país ou no exterior;
- e) comunicados à imprensa (press releases);
- f) meios de radiodifusão utilizados pelo mercado.

4.9.2. A divulgação por meio da publicação nos jornais (subitem 4.9) poderá ser feita de forma reduzida, desde que indicados os endereços na rede mundial de computadores - Internet onde a informação completa estará disponível ao público interessado, em teor no mínimo idêntico àquele remetido aos órgãos referidos na letra "a" do subitem 4.3.

4.9.3. O ato ou fato relevante será objeto de divulgação interna para conhecimento geral.

4.10. Somente o Diretor de Relações com Investidores, ou as pessoas por ele indicadas ou, na ausência destas, as pessoas indicadas pelo Presidente da companhia, está autorizado a comentar, esclarecer ou detalhar o conteúdo do ato ou fato relevante.

5. MECANISMOS DE CONTROLE DE SIGILO DAS INFORMAÇÕES RELATIVAS A ATO OU FATO RELEVANTE

5.1. Os mecanismos de controle de sigilo das informações relativas a ato ou fato relevante (Informações Relevantes) objetivam conferir eficácia à preservação do sigilo de tais informações até sua divulgação aos órgãos competentes e ao mercado.

5.2. As pessoas vinculadas (subitem 3.2) deverão guardar sigilo das Informações Relevantes até sua divulgação, bem como zelar pela manutenção desse sigilo.

5.2.1. A pessoa vinculada que se desligar da companhia,

ou que deixar de participar do negócio ou do projeto a que se referirem as Informações Relevantes, continuará sujeita ao dever de sigilo até que tais informações sejam divulgadas aos órgãos competentes (subitem 4.3, "a") e ao mercado.

5.3. As pessoas vinculadas à companhia (subitem 3.2) deverão aderir à POLÍTICA mediante assinatura de termo próprio (anexo 1) no ato da contratação, eleição, promoção ou transferência, em que declararão que conhecem os termos da POLÍTICA e que se obrigam a observá-los.

5.3.1. O Comitê de Divulgação indicará, para cada Diretoria da companhia, os cargos que estarão sujeitos a adesão.

5.3.2. A Diretoria responsável por operação ou negócio que possa dar origem a ato ou fato relevante indicará os demais funcionários e terceiros que deverão aderir à POLÍTICA.

5.3.3. As adesões deverão ocorrer após a divulgação interna desta POLÍTICA.

5.3.4. O órgão encarregado dos assuntos corporativos providenciará as adesões dos membros de cargos eletivos estatutários e dos acionistas controladores.

5.3.4.1. As demais adesões ficarão a cargo da Diretoria em que os funcionários estiverem ou vierem a ser lotados ou que seja responsável pela contratação dos terceiros.

5.3.5. As adesões efetuadas na forma do subitem

5.3.4.1 serão imediatamente comunicadas ao órgão encarregado dos assuntos corporativos, que manterá cadastro centralizado e atualizado de todas as pessoas que aderirem à POLÍTICA, e que será responsável pela disponibilização desse cadastro aos órgãos competentes, quando por estes solicitado.

5.3. As pessoas vinculadas (subitem 3.2) atuarão de forma

diligente no sentido de preservar o sigilo da Informação Relevante, observando inclusive os normativos da companhia sobre o assunto.

6. VIOLAÇÃO DA POLÍTICA

6.1. O descumprimento desta POLÍTICA sujeitará o infrator a sanções disciplinares, de acordo com as normas internas da companhia e as previstas neste item, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

6.1.1. Caberá ao Comitê de Divulgação apurar os casos de violação da POLÍTICA, observando o seguinte:

- a) às pessoas vinculadas referidas na letra "a" do subitem 3.2 serão aplicadas as sanções deliberadas pelo Conselho de Administração da companhia, após apuração e encaminhamento pelo Comitê de Divulgação;
- b) às pessoas vinculadas referidas na letra "b" do subitem 3.2 serão aplicáveis as sanções de advertência, suspensão ou dispensa por justa causa, conforme a gravidade da infração;
- c) a infração praticada por qualquer das pessoas vinculadas referidas na letra "c" do subitem 3.2 caracterizará inadimplemento contratual, podendo a companhia, sem qualquer ônus, resolver o respectivo contrato e exigir o pagamento da multa nele estabelecida, sem prejuízo das perdas e danos.

6.1.2. O Comitê de Divulgação deverá informar ao Conselho de Administração todas as infrações praticadas.

6.2. Qualquer pessoa que aderir à POLÍTICA e tiver conhecimento de sua violação deverá, incontinenti, comunicar o fato ao Comitê de Divulgação.

**POLÍTICA DE DIFUSÃO DE ATO OULTH
RRLK ANTE DA ITAUSA - INVESTIMENTOS ITAUSA S.A.** **ANEXO I**

**TERMO DE ADESAO PARA
CONTROLADORES E ADMINISTRADORES**

..... [Em conformidade com o artigo 159, III, do Regulamento Interno
de Administração, aprovado pela Assembleia Geral Ordinária de 2002, a
Diretoria de Administração da ITAUSA - INVESTIMENTOS ITAUSA S.A. (ITAUSA) solicita a todos os
controladores e administradores da ITAUSA - INVESTIMENTOS ITAUSA S.A. que, para
exercerem suas funções, sejam obrigados a ler, compreender e aceitar o presente
Termo de Adesão, o qual constitui parte integrante do Regulamento Interno de
Administração da ITAUSA - INVESTIMENTOS ITAUSA S.A. e, em seguida, assiná-lo e
retorná-lo devidamente assinado e rubricado para a Diretoria de Administração.

Sua assinatura e rubrica são obrigatórias.

**POLÍTICA DE DIFUSÃO DE ATO OULTH
RRLK ANTE DA ITAUSA - INVESTIMENTOS ITAUSA S.A.** **ANEXO I**

**TERMO DE ADESAO
PARA FUNCIONÁRIOS**

..... [Em conformidade com o artigo 159, III, do Regulamento Interno
de Administração, aprovado pela Assembleia Geral Ordinária de 2002, a
Diretoria de Administração da ITAUSA - INVESTIMENTOS ITAUSA S.A. solicita a todos os
funcionários da ITAUSA - INVESTIMENTOS ITAUSA S.A. que, para exercerem
suas funções, sejam obrigados a ler, compreender e aceitar o presente
Termo de Adesão, o qual constitui parte integrante do Regulamento Interno de
Administração da ITAUSA - INVESTIMENTOS ITAUSA S.A. e, em seguida, assiná-lo e
retorná-lo devidamente assinado e rubricado para a Diretoria de Administração.

Sua assinatura e rubrica são obrigatórias.

**POLÍTICA DE DIFUSÃO DE ATO OULTH
RRLK ANTE DA ITAUSA - INVESTIMENTOS ITAUSA S.A.** **ANEXO I**

**TERMO DE ADESAO
PARA FUNCIONÁRIOS**

..... [Em conformidade com o artigo 159, III, do Regulamento Interno
de Administração, aprovado pela Assembleia Geral Ordinária de 2002, a
Diretoria de Administração da ITAUSA - INVESTIMENTOS ITAUSA S.A. solicita a todos os
funcionários da ITAUSA - INVESTIMENTOS ITAUSA S.A. que, para exercerem
suas funções, sejam obrigados a ler, compreender e aceitar o presente
Termo de Adesão, o qual constitui parte integrante do Regulamento Interno de
Administração da ITAUSA - INVESTIMENTOS ITAUSA S.A. e, em seguida, assiná-lo e
retorná-lo devidamente assinado e rubricado para a Diretoria de Administração.

Sua assinatura e rubrica são obrigatórias.

POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DE EMISSÃO DA ITAÚSA

1. PRINCÍPIOS GERAIS

- 1.1. A POLÍTICA estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados pela companhia e pessoas a ela vinculadas, para a negociação de valores mobiliários de emissão da companhia, ou a eles referenciados, e para a divulgação das informações previstas nos itens 5 e 6 infra, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, assegurando transparência da negociação a todos os interessados, sem privilegiar alguns em detrimento de outros.
- 1.2. Compete ao Diretor de Relações com Investidores a administração geral da POLÍTICA.
- 1.3. Fica instituído o Comitê de Negociação, ao qual caberá, no que tange à POLÍTICA:
 - a) assessorar o Diretor de Relações com Investidores;
 - b) avaliar permanentemente a sua atualidade e propor as alterações pertinentes;
 - c) deliberar sobre dúvidas de interpretação do seu texto;
 - d) determinar as ações necessárias para a sua divulgação e disseminação;
 - e) regular as adesões;
 - f) apurar e decidir casos de violação;
 - g) analisar questionamentos oficiais dos órgãos reguladores e auto-reguladores e elaborar as respectivas respostas;
 - h) propor solução para casos omissos e excepcionais.
 - 1.3.1. O Comitê de Negociação será composto pelo Diretor de Relações com Investidores e por dois membros do Conselho de Administração, indicados pelo próprio Conselho, e reunir-se-á sempre que convocado pelo Diretor de Relações com Investidores.
- 1.4. A POLÍTICA não poderá ser aprovada ou alterada na pendência de ato ou fato relevante ainda não divulgado.

2. PESSOAS IMPEDIDAS DE NEGOCIAR

- 2.1. São pessoas impedidas de negociar, desde que tenham conhecimento de ato ou fato relevante ainda não divulgado:
 - a) os acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária ou quem quer que, em virtude de cargo, função ou posição na companhia, sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento de informação relevante;
 - a) os administradores que se afastarem da administração da companhia antes da divulgação pública de ato ou fato relevante iniciado no seu período de gestão, durante o prazo de seis meses contados da data do afastamento ou até a divulgação daquele ato ou fato relevante, o que ocorrer primeiro;
 - b) aqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, aos quais compete verificar a respeito da divulgação da informação antes de negociar com valores mobiliários de emissão da companhia ou a eles referenciados;
 - c) o cônjuge ou companheiro, o descendente e qualquer outro dependente incluído na declaração anual de imposto de renda das pessoas impedidas de negociar indicadas nas letras "a" e "b" deste subitem.
 - 2.1.1. Equiparam-se às pessoas impedidas de negociar:
 - a) os seus administradores de carteira e os fundos de investimento, sociedades ou outras instituições ou entidades de que as pessoas

impedidas de negociar sejam os únicos cotistas ou acionistas ou nas quais possam influenciar as decisões de negociação;

- b) qualquer pessoa jurídica controlada direta ou indiretamente pelas pessoas impedidas de negociar;
- c) qualquer pessoa que tenha tido acesso a informação relativa a ato ou fato relevante por intermédio de qualquer das pessoas impedidas de negociar.

2.1.1.1. As pessoas físicas que se enquadrarem nas letras "a" e "b" deverão informar ao órgão encarregado pelos assuntos corporativos as participações ali referidas e suas alterações.

3. VEDAÇÕES À NEGOCIAÇÃO

3.1. A companhia e as pessoas impedidas (subitem 2.1) não poderão negociar com valores mobiliários de emissão da companhia, ou a eles referenciados, desde a data da ciência até o dia seguinte ao da divulgação do ato ou fato relevante ao mercado.

3.1.1. O Diretor de Relações com Investidores poderá manter a vedação prevista no subitem 3.1, além do dia seguinte ao da divulgação da informação relevante, sempre que, a seu critério, a negociação com os valores mobiliários puder prejudicar os acionistas da companhia ou ela própria.

3.2. O Diretor de Relações com Investidores poderá, independentemente de justificação ou da existência de ato ou fato relevante ainda não divulgado, fixar períodos em que as pessoas impedidas não poderão negociar com valores mobiliários de emissão da companhia, ou a eles

referenciados. As pessoas impedidas deverão manter sigilo sobre tais períodos.

3.2.1. O Diretor de Relações com Investidores poderá incluir no black-out period as negociações previstas nas Políticas Próprias de que trata o subitem 4.1.

3.3. Estará também vedada:

3.3.1. aos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do Conselho de Administração e de outros conselhos estatutários:

- a) a compra de valores mobiliários de emissão da companhia, ou a eles referenciados, no mesmo dia em que a companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, vender ações em tesouraria, ou houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim;
- b) a venda dos mesmos valores no mesmo dia em que a companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, comprar ações para tesouraria, ou houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim;
- c) a negociação, antes de decorridos 180 (cento e oitenta) dias contados da aquisição ou alienação em Bolsa ou em mercado de balcão;
 - c.1) mediante solicitação do interessado, e ouvido o Comitê de Negociação, o Diretor de Relações com Investidores poderá reduzir esse prazo, respeitado, em qualquer caso, o disposto em 3.4.1 e 3.4.2.

3.3.2. às pessoas impedidas, a negociação, sempre que existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da companhia.

- 3.4. A vedação à negociação aplica-se também:
- 3.4.1. no período de 15 (quinze) dias anterior à divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP e IAN) até o dia seguinte ao da divulgação, ou ao da publicação do edital que as colocar à disposição dos acionistas, conforme anexo A;
 - 3.4.2. no período compreendido entre a decisão, tomada pelo órgão social competente, de aumentar o capital social, distribuir dividendos, bonificação em ações ou seus derivativos ou aprovar desdobramento, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios.
- 3.5. A companhia não poderá adquirir ações para tesouraria nas hipóteses previstas nos subitens 3.1 e 3.4.
- 3.5.1. O Conselho de Administração da companhia também não poderá deliberar a aquisição, ou a alienação, de ações de emissão da própria companhia, caso tenha sido celebrado qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário da companhia, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária, e enquanto a operação não for tornada pública por publicação de fato relevante.
- 3.6. As vedações constantes desta POLÍTICA não se aplicam:
- 3.6.1. à aquisição de ações que se encontrem em tesouraria, por meio de negociação privada, decorrente do exercício de opção de compra em conformidade com plano de outorga de opção de compra de ações aprovado em assembleia geral;
 - 3.6.2. ao exercício do direito de preferência de subscrição, relativo a ações anteriormente adquiridas;
 - 3.6.3. às negociações privadas entre as pessoas impedidas

(subitem 2.1), entendidas como tais as que sejam realizadas fora de bolsa de valores e de mercado de balcão organizado.

4. DIREITOS E DEVERES DAS PESSOAS IMPEDIDAS DE NEGOCIAR

- 4.1. As pessoas impedidas de negociar poderão indicar detalhadamente política de negociação própria (Política Própria), observadas as vedações constantes do subitem 3.4.1 e, quando for o caso, do 3.2.1. Essas pessoas observarão estritamente essa Política Própria.
- 4.1.1. A Política Própria terá duração mínima de 6 (seis) meses, será arquivada na companhia 15 (quinze) dias antes da primeira negociação nela prevista e encaminhada de imediato ao Diretor de Relações com Investidores.
- 4.1.1.1. Na Política Própria o interessado indicará, aproximadamente, o montante de recursos a serem investidos, ou a quantidade de valores mobiliários de emissão da companhia, ou a eles referenciados, a serem negociados, durante o período de sua duração, e comunicará ao órgão encarregado pelos assuntos corporativos todas as negociações efetuadas no prazo de até cinco (5) dias da sua ocorrência.
 - 4.1.1.2. O órgão encarregado dos assuntos corporativos manterá controle específico e individualizado de todas as Políticas Próprias e comunicará ao Diretor de Relações com Investidores, com base nas informações previstas no subitem 4.1.1.1, os casos de sua não observância.
 - 4.1.1.3. A Política Própria não poderá ser arquivada nem modificada na pendência de ato ou

fato relevante de que tenha conhecimento o interessado.

4.1.1.4. O Diretor de Relações com Investidores poderá recusar o arquivamento na companhia de proposta de Política Própria que esteja em desacordo com a POLÍTICA ou com a legislação em vigor.

4.1.2. O órgão encarregado dos assuntos corporativos comunicará a Política Própria à BOVESPA e, se for o caso, à CVM, à SEC, à NYSE, e outras bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado, em que os valores mobiliários da companhia sejam admitidos à negociação.

4.2. Além de observar as vedações à negociação, as pessoas impedidas (subitem 2.1) deverão:

4.2.1. manter sigilo sobre informações relativas a ato ou fato relevante da companhia e não utilizá-las com a finalidade de auferir vantagem, para si ou para outrem, no mercado de valores mobiliários, zelando para que subordinados e terceiros de sua confiança guardem sigilo sobre tais informações e delas não se utilizem;

4.2.2. utilizar, exclusivamente, a Itaú Corretora de Valores S.A. para a negociação dos valores mobiliários de que trata a POLÍTICA.

5. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE NEGOCIAÇÕES DE ADMINISTRADORES

5.1. Os diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, comunicarão ao órgão encarregado dos assuntos corporativos que, por sua vez, comunicará à CVM,

à BOVESPA e, se for o caso, à SEC, à NYSE e a outras bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado nos quais os valores mobiliários da companhia sejam admitidos à negociação, a quantidade, as características e a forma de aquisição dos valores mobiliários de emissão da companhia e de sociedades controladas ou controladoras abertas, ou a eles referenciados, de que sejam titulares, bem como as alterações em suas posições.

5.1.1. A comunicação dar-se-á na forma da "Declaração de Participação Acionária", conforme anexo B, e deverá ser feita imediatamente após a investidura no cargo, ou no prazo máximo de 10 (dez) dias após o término do mês em que se verificar alteração das posições detidas, indicando o saldo da posição no período.

5.1.2. Todas as negociações realizadas pelas pessoas impedidas de negociar citadas no subitem 5.1 deverão ser informadas em detalhe ao órgão encarregado dos assuntos corporativos, até o 5º (quinto) dia útil após o término do mês em que se verificarem.

6. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE AQUISIÇÃO E ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA RELEVANTE E SOBRE NEGOCIAÇÕES DE CONTROLADORES E ACIONISTAS

6.1. Qualquer pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas, agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, que atingir participação, direta ou indireta, que corresponda a 5% (cinco por cento) ou mais de espécie ou classe de ações representativas do capital da companhia enviará à CVM, à BOVESPA e, se for o caso, à SEC, à NYSE e a outras bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado nos quais os valores mobiliários

da companhia sejam admitidos à negociação, declaração contendo as informações exigidas no anexo C da POLÍTICA.

6.1.1. Estão igualmente obrigados à divulgação das mesmas informações a pessoa ou grupo de pessoas representando um mesmo interesse, titular de participação acionária igual ou superior ao percentual referido no subitem 6.1, cada vez que a referida participação se eleve em 5% (cinco por cento) da espécie ou classe de ações representativas do capital social da companhia.

6.1.2. As obrigações previstas nos subitens 6.1 e 6.1.1 se estendem também à aquisição de quaisquer direitos sobre as ações, bônus de subscrição, opções de compra de ações e debêntures conversíveis em ações.

6.1.3. A comunicação à CVM e, se for o caso, à BOVESPA, à SEC, à NYSE, às outras bolsas de valores e entidades de mercado de balcão organizado nos quais os valores mobiliários da companhia sejam admitidos à negociação será feita imediatamente após ser alcançada a participação referida no subitem 6.1.

6.1.3.1. A divulgação ao mercado ocorrerá por intermédio da publicação em jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela companhia e no Diário Oficial do Estado.

6.1.4. As pessoas mencionadas no subitem 6.1 também deverão informar a alienação ou a extinção de ações e demais valores mobiliários mencionados neste item 6, ou de direitos sobre eles, cada vez que tal alienação ou extinção atingir o percentual referido no subitem 6.1.

6.1.5. Os acionistas controladores, diretos ou indiretos, e os acionistas que elegerem membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal farão a

comunicação prevista em 6.1 por meio do órgão encarregado dos assuntos corporativos.

7. ADEÇÃO À POLÍTICA

7.1. As pessoas impedidas de negociar (subitem 2.1) deverão aderir à POLÍTICA mediante assinatura de termo próprio, conforme anexo D, no ato da contratação, eleição, promoção ou transferência, em que declararão que conhecem todos os termos da POLÍTICA e que se obrigam a observá-los.

7.1.1. O Comitê de Negociação indicará, para cada Diretoria da companhia, os cargos que estarão sujeitos à adesão.

7.1.2. A Diretoria responsável por operação ou negócio que possa dar origem a ato ou fato relevante indicará os demais funcionários e terceiros que deverão aderir à POLÍTICA.

7.1.3. As adesões deverão ocorrer após a divulgação interna da POLÍTICA.

7.1.4. O órgão encarregado dos assuntos corporativos providenciará as adesões dos membros de cargos eletivos estatutários e dos acionistas controladores.

7.1.4.1. A adesão das demais pessoas ficará a cargo da Diretoria em que os funcionários estiverem ou vierem a ser lotados ou que seja responsável pela contratação dos terceiros.

7.1.5. As adesões efetuadas na forma do subitem

7.1.4.1 serão imediatamente comunicadas ao órgão encarregado dos assuntos corporativos, que manterá cadastro centralizado e atualizado de todas as pessoas que aderirem à POLÍTICA, e que será responsável pela disponibilização desse cadastro aos órgãos competentes, quando por estes solicitado.

8. VIOLAÇÃO DA POLÍTICA

8.1. O descumprimento da POLÍTICA sujeitará o infrator a sanções disciplinares, de acordo com as normas internas da companhia e as previstas neste item, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

8.1.1. Caberá ao Comitê de Negociação apurar os casos de violação da POLÍTICA, observando o seguinte:

- a) às pessoas impedidas referidas na letra "a" do subitem 2.1 serão aplicadas as sanções deliberadas pelo Conselho de Administração da companhia, após apuração e encaminhamento pelo Comitê de Negociação;
 - b) às pessoas impedidas referidas na parte final da letra "a" do subitem 2.1, isto é, "quem quer que, em virtude de cargo, função ou posição na companhia, sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento de informação relevante", serão aplicáveis as sanções de advertência, suspensão ou dispensa por justa causa, conforme a gravidade da infração;
 - c) a infração praticada por qualquer das pessoas impedidas referidas na letra "c" do subitem 2.1 caracterizará inadimplemento contratual, podendo a companhia, sem qualquer ônus, rescindir o respectivo contrato e exigir o pagamento da multa nele estabelecida, sem prejuízo das perdas e danos.
- 8.1.2. O Comitê de Negociação deverá informar ao Conselho de Administração todas as infrações praticadas.

8.2. Qualquer pessoa que aderir à POLÍTICA e tiver conhecimento de sua violação deverá, incontinenti, comunicar o fato ao Comitê de Negociação.

CALENDÁRIO PARA O ANO 2002

Contempla períodos de restrição para negociação de valores mobiliários ou a eles referenciados, de emissão da itaúsa - investimentos itaú s.A. E de suas controladas abertas, diretas e indiretas, decorrentes de eventos periódicos (dfp, ian, itr)

Sociedades	Eventos Periódicos	Períodos de Restrição para Negociação de Valores Mobiliários
ITAÚSA	Balanço/DFP 31.12.01	04.03.2002 a 20.03.2002
	ITR - 1º trim/02	29.04.2002 a 15.05.2002
	IAN 2001	30.04.2002 a 16.05.2002
	ITR - 2º trim/02	29.07.2002 a 14.08.2002
	ITR - 3º trim/02	28.10.2002 a 13.11.2002
	Balanço/DFP 31.12.02	15 dias antes da divulgação do balanço
ITAUBANCO	Balanço/DFP 31.12.01	18.02.2002 a 06.03.2002
BANESTADO	ITR - 1º trim/02	18.04.2002 a 04.05.2002
BEG	IAN 2001	30.04.2002 a 16.05.2002
BEMGE	ITR - 2º trim/02	22.07.2002 a 07.08.2002
INVESTIMENTOS BEMGE	ITR - 3º trim/02	21.10.2002 a 06.11.2002
ITAULEASING	Balanço/DFP 31.12.02	15 dias antes da divulgação do balanço
BFB LEASING	Balanço/DFP 31.12.01	26.02.2002 a 14.03.2002
	ITR - 1º trim/02	01.05.2002 a 15.05.2002
	IAN 2001	12.05.2002 a 28.05.2002
	ITR - 2º trim/02	21.07.2002 a 06.08.2002
	ITR - 3º trim/02	17.10.2002 a 04.11.2002
ITAUTEC PHILCO	Balanço/DFP 31.12.02	15 dias antes da divulgação do balanço
	Balanço/DFP 31.12.01	06.02.2002 a 22.02.2002
	ITR - 1º trim/02	21.04.2002 a 07.05.2002
	IAN 2001	08.05.2002 a 24.05.2002
	ITR - 2º trim/02	23.07.2002 a 08.08.2002
ITAUTEC INFORMÁTICA	ITR - 3º trim/02	15.10.2002 a 31.10.2002
	Balanço/DFP 31.12.02	15 dias antes da divulgação do balanço
	Balanço/DFP 31.12.01	14.02.2002 a 04.03.2002
	ITR - 1º trim/02	29.04.2002 a 15.05.2002
	IAN 2001	08.05.2002 a 24.05.2002
ELEKEIROZ	ITR - 2º trim/02	24.07.2002 a 09.08.2002
	ITR - 3º trim/02	23.10.2002 a 08.11.2002
	Balanço/DFP 31.12.02	15 dias antes da divulgação do balanço
	Balanço/DFP 31.12.01	14.02.2002 a 04.03.2002
	ITR - 1º trim/02	29.04.2002 a 15.05.2002
CIQUINE	IAN 2001	08.05.2002 a 24.05.2002
	ITR - 2º trim/02	24.07.2002 a 09.08.2002
	ITR - 3º trim/02	23.10.2002 a 08.11.2002
	Balanço/DFP 31.12.02	15 dias antes da divulgação do balanço
	Balanço/DFP 31.12.01	14.02.2002 a 04.03.2002
CONEPAR	ITR - 1º trim/02	29.04.2002 a 15.05.2002
	IAN 2001	08.05.2002 a 24.05.2002
	ITR - 2º trim/02	24.07.2002 a 09.08.2002
	ITR - 3º trim/02	23.10.2002 a 08.11.2002
	Balanço/DFP 31.12.02	15 dias antes da divulgação do balanço
DURATEX	Balanço/DFP 31.12.01	14.02.2002 a 04.03.2002
	ITR - 1º trim/02	29.04.2002 a 15.05.2002
	IAN 2001	08.05.2002 a 24.05.2002
	ITR - 2º trim/02	24.07.2002 a 09.08.2002
	ITR - 3º trim/02	23.10.2002 a 08.11.2002
DURATEX	Balanço/DFP 31.12.02	15 dias antes da divulgação do balanço

ITAÚSA



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

1º Semestre de 2002 ^(*)

() Disponível no website de Relações
com Investidores da Itaúsa nas versões
Português e Inglês - www.itausa.com.br*

SENHORES ACIONISTAS

Apresentamos o Relatório da Administração e as demonstrações contábeis da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. e de suas controladas, relativos ao primeiro semestre de 2002, elaborados de acordo com a Legislação Societária e com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Contam também com o parecer favorável do Conselho Fiscal.

AMBIENTE ECONÔMICO

A forte ansiedade dos mercados em relação às eleições presidenciais de outubro próximo e o clima de aversão ao risco instaurado no cenário internacional, que passaram a se manifestar crescentemente a partir de maio, provocaram acentuada desvalorização do Real, com efeitos desfavoráveis sobre a inflação, os encargos da dívida pública e a atividade econômica.

A inflação acumulou 2,9% no semestre (IPCA), pelo efeito dos preços administrados (reflexo da variação cambial), enquanto os preços livres mantiveram tendência declinante. A atual evolução dos preços poderá pôr em risco o cumprimento da meta inflacionária de 5,5%, ainda que a taxa de juro venha a ser mantida.

O superávit primário consolidado do governo alcançou 3,4% como proporção do PIB nos 12 meses encerrados em junho, em linha com a nova meta de 3,75% para 2002. A razão dívida pública/PIB aumentou de 54,6% para 58,6% entre abril e junho de 2002, principalmente pelo efeito da desvalorização.

O governo vem oferecendo papéis com vencimento para os próximos meses em substituição aos que vencem em 2003, reduzindo as pressões provocadas pelo momento político.

Para atenuar as pressões nas contas externas, o governo sacou US\$ 10,0 bilhões disponíveis no FMI em junho e negociou a

redução do piso de reservas internacionais de US\$ 20,0 bilhões para US\$ 15,0 bilhões, ampliando a capacidade de intervenção no mercado de câmbio e permitindo o resgate antecipado de até US\$ 3,0 bilhões da dívida externa pública. O déficit em conta corrente reduziu-se de US\$ 13,3 bilhões para US\$ 8,3 bilhões no semestre, em comparação a igual período de 2001, pela reversão do déficit comercial para um superávit de US\$ 2,6 bilhões, contribuindo para mitigar o efeito da redução da entrada de capitais.

Entretanto, o novo acordo negociado com o FMI anunciado em 7.8.2002, que objetivou aumentar o apoio financeiro internacional durante a transição política, deve resultar em melhora do cenário no curto prazo, com reflexos positivos sobre o câmbio, sobre as linhas de crédito internacionais, sobre o risco país e sobre as expectativas do mercado, favorecendo inclusive o próprio processo político.

EFEITOS DIRETOS DO CENÁRIO SOBRE AS PRINCIPAIS OPERAÇÕES DA ITAÚSA

A produção industrial total mostrou um crescimento nulo no semestre, fortemente influenciada pela contração ocorrida no segmento de bens duráveis de consumo (-5,1%). Apenas os bens intermediários mostraram um ligeiro crescimento (0,6%).

O fraco desempenho dos bens duráveis refletiu principalmente a queda de 9,6% da produção no setor automobilístico, pelo encolhimento de 11,9% das vendas no mercado doméstico, que absorve 89% da produção. A queda de cerca de 80,0% das exportações do setor para a Argentina vem sendo compensada crescentemente pelas vendas ao México, que mostraram expansão de 37,0% no período e que deverão aumentar ainda mais com o recente acordo comercial.

A expectativa para o setor industrial é de um crescimento lento durante o terceiro trimestre, podendo melhorar no quarto trimestre, dependendo da volta da confiança do mercado, devendo encerrar o ano com um crescimento ao redor de 1,0%. O setor da construção civil vem sendo duramente afetado pelas condições desfavoráveis da atividade econômica e do custo financeiro, mostrando uma queda de 7,0% no semestre. A perspectiva para as condições de emprego e renda para o restante do ano ainda não permitem esperar uma recuperação para o setor, que deverá encerrar o ano com queda em relação ao ano anterior.

As operações de crédito do sistema financeiro privado cresceram 4,0% no semestre, movimento condizente com o cenário de fraco ritmo de atividade e o nível de inadimplência. As atuais condições do cenário econômico e político apontam para um crescimento modesto do crédito até o final do ano.

A exigência de marcação a mercado dos títulos da carteira dos fundos de investimento provocou perda de rentabilidade e saques pelos investidores. A maior parte dos recursos retirados, no entanto, tem permanecido no sistema financeiro nacional, tendo sido reorientado principalmente para as cadernetas de poupança e CDBs, evidenciando confiança no sistema. A recente entrada em operação do Sistema Brasileiro de Pagamentos, que efetua a liquidação de transferências interbancárias em tempo real e que deve reduzir substancialmente o risco sistêmico, é um importante passo para a consolidação dessa confiança.

RESULTADO DA ITAÚSA NO SEMESTRE

A *holding* Itaúsa obteve lucro líquido consolidado de R\$ 595 milhões no semestre, com rentabilidade anualizada de 22,3% sobre o patrimônio líquido consolidado de R\$ 5.632 milhões. O lucro líquido recorrente foi de R\$ 688 milhões. O lucro líquido da controladora por lote de mil ações do capital social da Itaúsa foi de R\$ 189,09 enquanto seu valor patrimonial alcançou R\$ 1.788,61.

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA *HOLDING* E DO CONGLOMERADO ITAÚSA

		<i>R\$ mil</i>		
	1º Semestre	Controladora	Minoritários	Conglomerado
Lucro líquido total	2002	595.422	588.840	1.184.262
	2001	852.111	802.648	1.654.759
• Lucro líquido recorrente	2002	687.741	601.879	1.289.620
	2001	604.961	683.387	1.288.348
• Resultado extraordinário	2002	(92.319)	(13.039)	(105.358)
	2001	247.150	119.261	366.411
Patrimônio líquido	2002	5.631.987	4.961.449	10.593.436
	2001	4.891.834	4.520.890	9.412.724
Rentabilidade Anualizada (LL/PL) (%)	2002	22,26	25,15	23,61
	2001	37,87	38,66	38,25
Dividendos/Juros sobre o capital próprio	2002	167.448	100.449	267.897
	2001	226.856	210.928	437.784

PRINCIPAIS INDICADORES DAS EMPRESAS CONTROLADAS PELA ITAÚSA

R\$ mil

	Área Financeira e de Seguros			Área Industrial			Consolidado/ Conglomerado ⁽²⁾
	1º Semestre	Banco Itaú S.A. (Consolidado)	Seguros, Previdência e Capitalização ⁽¹⁾	Duratex	Itautec Philco	Elekeiroz	
Ativos Totais	2002	87.021.746	5.539.704	1.479.634	831.836	397.870	90.273.061
	2001	74.885.902	5.491.950	1.471.619	802.618	213.867	77.879.907
Receitas Operacionais⁽³⁾	2002	14.964.006	1.951.341	382.361	642.464	101.899	16.366.840
	2001	10.936.658	1.688.577	380.496	561.280	61.841	12.117.525
Lucro Líquido	2002	1.047.831	142.362	27.065	16.485	4.032	1.184.262
	2001	1.456.829	204.869	37.365	(6.188)	4.297	1.654.759
Patrimônio Líquido	2002	8.288.313	1.578.976	878.803	280.860	158.986	10.593.436
	2001	7.310.904	2.176.499	864.414	262.876	149.150	9.412.724
Rentabilidade anualizada (LL/PL) %	2002	26,9%	18,8%	6,3%	12,1%	5,1%	23,6%
	2001	43,8%	19,7%	8,8%	-4,7%	5,8%	38,3%
Geração Interna de Recursos⁽⁴⁾	2002	2.489.937	221.011	88.990	45.020	9.489	2.577.485
	2001	2.339.993	105.443	59.497	14.670	8.370	2.520.508

(1) Os dados relativos às empresas seguradoras, de previdência e capitalização consolidados no Banco Itaú S.A. estão sendo apresentados, também separadamente de modo a evidenciá-los.

(2) Os dados do consolidado/conglomerado apresentam valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não realizados de operações intercompanhias.

(3) Seguindo tendência mundial, as Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

- Banco Itaú S.A.: somatório das Receitas da Intermediação Financeira, Receitas de Serviços, Receitas de Prêmios de Seguros, Capitalização e Planos de Previdência e outras Receitas Operacionais;
- Seguros, Previdência e Capitalização: considera as Receitas de Prêmios de Seguros, Capitalização, Planos de Previdência, Receitas Financeiras e Ganhos de Capital;
- Duratex, Itautec Philco e Elekeiroz: considera as Receitas Líquidas de Vendas de Produtos e/ou Serviços.

(4) Engloba os recursos provenientes das operações:

- acrescidos da despesa de provisões para créditos de liquidação duvidosa;
- não consideradas as variações das provisões matemáticas de capitalização e previdência e consideradas as variações de sinistros a liquidar, créditos e débitos de operações com seguros e despesas de comercialização diferidas de seguros, previdência e capitalização.

AMPLIAÇÃO DOS DIREITOS DOS ACIONISTAS PREFERENCIAIS

A assembléia de acionistas da Itaúsa aprovou, em 29 de abril, alteração em seu estatuto que amplia o direito de suas ações preferenciais, concedendo ao preferencialista o direito de venda conjunta (*tag along*) com o bloco de controle por preço equivalente a 80% do preço pago às ações de acionista controlador. Esta importante alteração, inédita no mercado brasileiro, aproxima os direitos das ações preferenciais da Itaúsa aos direitos usualmente concedidos nos mercados internacionais, ampliando, assim, o interesse de investidores estrangeiros pela ação. É também uma forte demonstração de confiança dos acionistas controladores na capacidade da Itaúsa de superar os desafios impostos pela globalização dos mercados financeiros.

AUMENTO DE CAPITAL

Na mesma assembléia foi aprovado aumento de capital da Itaúsa, no montante de R\$ 149 milhões com emissão de novas ações, com subscrição entre 30 de abril a 29 de maio de 2002 e integralização em 05 de junho de 2002, em dinheiro ou mediante compensação de créditos originários de juros sobre o capital próprio, declarados pela Itaúsa. O referido aumento foi homologado em AGE de 1º.07.2002.

ÁREA FINANCEIRA

BANCO ITAÚ PROGRAMA DE ADRs

Em 21 de fevereiro de 2002 o Itaú iniciou a negociação das ações no pregão da Bolsa de Valores de New York (NYSE), elevando seu programa de ADR ao Nível II. Esta nova situação elevou o volume médio diário negociado das ações Itaú para R\$ 30 milhões, implicando substancial aumento de liquidez. Com esse volume o Itaú passa a candidatar-se como alternativa de investimento para diversos investidores institucionais internacionais.

RECONHECIMENTOS

No semestre, o Itaú recebeu reconhecimentos que destacam sua atuação de forma variada.

• Melhor Companhia Aberta - 2001	Abamec Nacional
• Melhor Banco no Brasil - 2002	Global Finance
• Melhor captador de recursos do sistema financeiro - América Latina (Best Financial-sector borrower - Latin America) - 2002	Euromoney
• 3ª marca mais valiosa na América Latina - 2001	Brandchannel
• Destaque em Transparência (5º ano consecutivo) - 2001	Atlantic Rating
• Melhor Web Site de Relações com Investidores da América Latina 2002	Investor Relations Magazine
• Menção Honrosa - Melhor Relações com Investidores do Brasil e da América Latina - 2002	Investor Relations Magazine
• Menção Honrosa - Melhor Relatório Anual da América Latina - 2002	Investor Relations Magazine
• Menção Honrosa - Melhor Comunicação com o Mercado de Varejo da América Latina - 2002	Investor Relations Magazine
• Menção Honrosa - Melhor Governança Corporativa da América Latina - 2002	Investor Relations Magazine
• Prêmio e-Finance - em 4 categorias: Sites de Relações com Investidores, Seguros, <i>Storage</i> e de Distribuição de Fundos (Investa) - 2002	Revista Executivos Financeiros
• Melhor Internet Banking do Brasil, na modalidade de banco nacional, nas categorias Serviço para Pessoa Jurídica e para Pessoa Física - 2001	Centro de Excelência Bancária da FGV-SP, Ibope e-Ratings e revista Business Standard
• Top de Marketing 2002 , pelas campanhas do Super PIC Carnaval e de Captação de Recursos	ADVB

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

Os resultados do semestre foram forte e positivamente influenciados pelo impacto da desvalorização do Real nos investimentos externos do Itaú.

Por outro lado, a administração decidiu fazer provisões elevadas para fazer frente à alta volatilidade dos mercados.

	1º Semestre 2002	1º Semestre 2001	Evolução (%)
Resultados – R\$ milhões			
• Lucro Líquido Consolidado Recorrente	1.071	1.232	(13,1)
• Lucro Líquido Consolidado	1.048	1.457	(28,1)
• Lucro Líquido Individual	996	1.384	(28,0)
Resultados por Lote de Mil Ações – R\$			
• Lucro Líquido Consolidado	9,41	12,90	(27,1)
• Valor Patrimonial	74,47	64,76	15,0
• Juros Sobre o Capital Próprio	1,62	3,43	(52,8)
• Preço da Ação PN (1)	160,27	192,98	(16,9)
• Juros Totais Sobre o Capital Próprio – R\$ milhões	180	387	(53,4)
• Capitalização de Mercado (2) – R\$ milhões	17.838	21.787	(18,1)
Balanco Patrimonial – R\$ milhões			
• Ativos Totais	87.022	74.886	16,2
• Empréstimos Totais	34.839	31.099	12,0
• Recursos Próprios Livres, Captados e Administrados	125.881	107.008	17,6
• Dívida Subordinada	1.887	-	-
• Patrimônio Líquido Individual	9.247	7.741	19,4
• Patrimônio Líquido Consolidado	8.288	7.311	13,4
Índices Financeiros (%)			
• Lucro Líquido Consolidado Recorrente / Patrimônio Líquido (anualizado)	27,5	36,5	
• Lucro Líquido Consolidado / Patrimônio Líquido (anualizado)	26,9	43,8	
• Lucro Líquido Consolidado / Ativos Totais (anualizado)	2,4	3,9	
• Quociente de Solvabilidade (Índice de Basileia) (3)	15,3	13,7	
• Índice de Eficiência	55,2	56,0	
• Índice de Imobilização (3)	33,9	43,9	

(1) Cotação média do mês de junho.

(2) Calculado com base na cotação média das ações preferenciais em junho. Com isso, o Itaú é a empresa de maior valor de mercado, entre os bancos brasileiros.

(3) Calculado com base no balanço consolidado econômico-financeiro.

ATIVOS E EMPRÉSTIMOS

(em R\$ milhões)

	30/06/2002 (A)	31/12/2001 (B)	30/06/2001 (C)	Evolução % (A/B)	Evolução % (A/C)
Empréstimos Totais	34.839	34.282	31.099	1,6	12,0
Moeda Nacional	25.135	25.878	23.308	(2,9)	7,8
Pessoas Físicas	11.995	11.738	10.686	2,2	12,2
Micro, Pequenas e Médias Empresas	3.205	3.132	2.465	2,3	30,0
Grandes Empresas	9.935	11.008	10.157	(9,7)	(2,2)
Moeda Estrangeira	9.704	8.404	7.791	15,5	24,5
Comércio Exterior	5.660	4.476	4.640	26,5	22,0
Banco Itaú Buen Ayre	360	732	961	(50,9)	(62,6)
Outros	3.684	3.196	2.190	15,3	68,2
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	13.471	10.070	7.374	33,8	82,7
Títulos e Valores Mobiliários	19.818	19.318	18.711	2,6	5,9

O ambiente macro-econômico influenciou a demanda por empréstimos, fazendo com que a evolução do seu saldo fosse apenas 1,6% no semestre.

Observa-se o crescimento de 26,5% na carteira de comércio exterior acima da valorização do dólar.

RECURSOS CAPTADOS E ADMINISTRADOS

(em R\$ Milhões)

	30/06/2002 (A)	31/12/2001 (B)	30/06/2001 (C)	Evolução % (A/B)	Evolução % (A/C)
Recursos Totais	125.881	123.970	107.008	1,5	17,6
Recursos Próprios Livres	5.538	4.843	4.656	14,4	18,9
Recursos Captados	64.100	63.331	54.807	1,2	17,0
Recursos Administrados	56.243	55.796	47.545	0,8	18,3

Destaca-se a evolução de 24,6% dos depósitos a prazo no semestre, que recebeu boa parte dos recursos migrados dos fundos de investimento, que passaram por período de maior

volatilidade na valorização das suas cotas, reflexo da situação de mercado.

BANCO ITAÚ BUEN AYRE

Apesar da situação política e econômica na Argentina, o Banco Itaú Buen Ayre apresentou resultados positivos em função da liquidez e da qualidade de seus ativos. O Banco manteve-se em posição líquida, doador permanente de recursos no mercado financeiro, e também efetuando novos empréstimos para clientes. O Banco está implantando processo de redução de custos para compatibilizar sua estrutura operacional com sua nova dimensão. Os níveis de provisões para créditos, considerando aquelas nos livros locais e aquelas nos livros brasileiros continuam sendo considerados suficientes pela administração para absorver as perdas prováveis.

PROCESSO PARA AQUISIÇÃO DO BANCO SUDAMERIS BRASIL S.A.

No dia 3 de maio foi assinado com a Banca IntesaBci S.p.A. e Banque Sudameris S.A. o contrato para aquisição de 94,58% do Banco Sudameris Brasil S.A. por um valor representado pela soma de US\$ 925 milhões de ágio e o patrimônio líquido ajustado (PLA) do Banco em 31.12.2001. Os procedimentos estabelecidos no contrato para apuração do PLA estão em andamento.

SEGUROS, PREVIDÊNCIA E CAPITALIZAÇÃO

A Itaú Seguros - Itauseg e suas subsidiárias, apresentaram lucro líquido de R\$ 125 milhões no semestre, com rentabilidade anualizada de 16,7% sobre o patrimônio líquido de R\$ 1.556 milhões. Os prêmios consolidados auferidos, excetuando-se os do ramo saúde em 2002, atingiram R\$ 802 milhões e as provisões técnicas R\$ 900 milhões. O índice de sinistralidade foi de 52,5%, contra 60,9% observado em igual período de 2001. Com isso, o *combined ratio* atingiu 97,7%, melhorando 0,5 ponto percentual. Estes índices atestam a qualidade da gestão e controle implantados na Itauseg.

No semestre, as provisões técnicas dos planos de previdência e seguros VGBL atingiram R\$ 1.640 milhões, com crescimento de 21,0% no semestre. As receitas de planos acrescidas das receitas de seguros Flexprev VGBL totalizaram R\$ 368 milhões com crescimento de 56,1% neste período.

Como consequência de reestruturações de funções, a Itauseg transferiu para a Itauprev a missão de preparar os produtos de seguros de vida a serem ofertados à base de clientes do Banco. A decisão justifica-se pela sinergia entre os produtos de seguros de vida e de previdência.

A Itaú Capitalização - Itaucap comercializou 443 mil títulos de capitalização. As reservas totalizaram R\$ 848 milhões no final do semestre.

ITAÚSA PORTUGAL

Concentrando as atividades financeiras do conglomerado na União Européia, a *holding* Itaúsa Portugal apresentou, ao final do semestre, ativos totais consolidados de EUR 2,2 bilhões, com crescimento de 9,5% em relação a igual período de 2001. O lucro líquido consolidado atingiu EUR 14,9 milhões, com rentabilidade anualizada de 10,4% sobre o patrimônio líquido consolidado de EUR 282,6 milhões.

O Banco Itaú Europa (BIE) tem concentrado sua atuação na crescente relação comercial e de investimentos entre os países europeus e o Brasil, o que tem propiciado ao Banco ampliar suas atividades no mercado de capitais, estruturação de financiamentos ao comércio exterior, tesouraria, assessoria financeira, *trading* e serviços, apresentando importante diversificação de receitas. No semestre foram emitidos EUR 125 milhões a 3 anos e EUR 50 milhões a 5 anos. O volume total de depósitos interbancários e de clientes, e captações estruturadas foi de EUR 1.610 milhões.

Os ativos do BIE atingiram ao final do semestre EUR 1.881 milhões, com crescimento de 8,4% sobre o 1º semestre de 2001. Este crescimento tem sido suportado pela expansão da base de *funding* a custos compatíveis com o sistema financeiro europeu, por força da qualificação *investment grade* conferida ao BIE pelas agências Moody's e Fitch IBCA.

O lucro líquido do BIE no semestre foi de EUR 10 milhões e expressa rentabilidade anualizada de 9,5% sobre o patrimônio líquido de EUR 201 milhões. O Banco apresentou índice de solvabilidade de 22,8%.

Exclusivamente voltado para o desenvolvimento das atividades de *private banking* internacional do conglomerado Itaú, supervisionado diretamente pela Autoridade Monetária de

Luxemburgo e em base consolidada pelo Banco de Portugal, o Banco Itaú Europa Luxembourg (BIEL) administrava volume de recursos de clientes que ultrapassavam US\$ 1 bilhão, ao final do semestre.

A associada BPI, SGPS, S.A., *holding* de um dos mais importantes grupos bancários portugueses, na qual o conglomerado Itaú tem participação de 15,08%, apresentou, no semestre, ativos consolidados de EUR 24,7 bilhões, lucro líquido de EUR 70,8 milhões e patrimônio líquido consolidado de EUR 1.116,1 milhões. A participação do conglomerado na BPI, SGPS está concentrada na IPI - Itaúsa Portugal Investimentos, Lda., em cujo capital social a Itaúsa Portugal possui quota de 51% detendo o Banco Itaú os 49% restantes.

(em R\$ Milhões)

Itaú Europa + Itaú Europa Luxembourg	1º Semestre 2002	1º Semestre 2001	Evolução %
Ativos Consolidados	5.805	3.672	58,1
Operações de Crédito	1.844	1.196	54,2
Recursos Próprios Livres e Captados	5.557	3.462	60,5
Recursos Administrados	862	627	37,3
Patrimônio Líquido	647	458	41,3
Lucro Líquido	31	26	19,4
Lucro Líquido/Patrimônio Líquido % (anualizado)	9,8	11,6	-
Lucro Líquido/Ativos Totais % (anualizado)	1,1	1,4	-
Coefficiente de Solvabilidade %	22,8	28,6	-

ÁREA INDUSTRIAL

DURATEX

As operações da Duratex neste primeiro semestre foram ainda fortemente impactadas pelas perdas na Argentina. O faturamento consolidado atingiu R\$ 485,0 milhões e as exportações totalizaram US\$ 19,7 milhões, valores próximos aos obtidos no mesmo período de 2001.

O resultado operacional foi de R\$ 42,7 milhões e correspondeu ao EBITDA de R\$ 91,9 milhões, ligeiramente abaixo do valor de R\$ 94,6 milhões apresentado no 1º semestre de 2001.

O lucro líquido foi de R\$ 27,1 milhões, incluindo integralmente o prejuízo de R\$ 24,0 milhões registrado nas operações da empresa na Argentina. A geração operacional de caixa atingiu R\$ 106,3 milhões. Na Divisão Madeira, o volume de vendas cresceu 2% em relação ao ano anterior, apesar da maior oferta de produtos de aglomerado e MDF no período. Foram iniciadas exportações regulares de MDF para novos mercados que, beneficiadas pela variação da taxa de câmbio, compensaram as reduções de preços observadas no mercado interno.

O volume de vendas da Divisão Deca diminuiu 4% em relação a igual período de 2001. No mercado interno, a redução observada nos volumes foi provocada pela retração do setor da construção civil, enquanto no mercado externo a maior queda ocorreu nas exportações para a Argentina, em razão do quadro recessivo daquele país.

No período, os investimentos totalizaram R\$ 187,9 milhões e foram aplicados na continuidade da expansão das unidades industriais, abrangendo o início da montagem da nova fábrica de HDF/MDF em Botucatu (SP), com início de operação previsto para o 1º trimestre de 2003, a finalização das obras de construção civil da nova linha de revestimento BP em Itapetininga (SP), a continuidade das obras de expansão para instalação do novo forno na Unidade Cerâmica Sanitária II em Jundiá (SP) e a aquisição de 1,8 mil ha de florestas direcionadas à expansão de Botucatu e Itapetininga.

ITAUTEC PHILCO

A Itautec Philco apresentou, no período, receita bruta de vendas e serviços de R\$ 730,8 milhões. O lucro líquido foi de R\$ 16,5 milhões, enquanto, no ano anterior, a empresa apresentou prejuízo de R\$ 6,2 milhões. A rentabilidade anualizada foi de 12% sobre o patrimônio líquido do final do semestre.

A geração operacional de caixa foi de R\$ 76,3 milhões, enquanto no ano anterior houve consumo de caixa de R\$ 40,8 milhões. O EBITDA acumulado de 2002 foi de R\$ 68,8 milhões, superior em 107% ao obtido no 1º semestre de 2001.

O PAR - Plano de Aplicação de Recursos da empresa acumulou no período total de R\$ 90,0 milhões, sendo R\$ 43,3 milhões em locações de equipamentos para clientes, predominantemente da área governamental, R\$ 23,9 milhões em desenvolvimento de tecnologia, R\$ 7,8 milhões em imobilizado para automação industrial e modernização das plantas industriais e R\$ 15,0 milhões em promoção e propaganda.

Na Itautec, o segmento de micros continua sendo profundamente afetado pelo mercado *gray* que opera na informalidade, tanto na aquisição de insumos, como na venda do produto final. Preocupadas com o assunto, a Itautec e mais nove outras empresas do setor tiveram reunião com o Presidente da República, visando obter algum tipo de ação para evitar a continuidade dessa prática desleal.

O segmento de automação bancária registrou crescimento de 61% no volume de produção de terminais de auto-atendimento, em relação ao 1º semestre de 2001.

Na área de comercialização de *softwares*, destaca-se a instalação do IHC, reconhecido pela Microsoft como a melhor solução de Intranet, em 500 agências de um grande banco internacional.

No segmento de automação comercial destaca-se a venda do SIAC para uma importante rede de varejo internacional em Portugal.

Na área de Internet da Itautec.com Serviços foram desenvolvidos projetos de *e-business* para empresas das áreas farmacêutica, transportes e varejo, com destaque para a implantação de sistema *Delivery Internet* em um grande supermercado de Portugal.

A Philco apresentou resultado positivo, no semestre, em função de aumento de volume e melhoria do *mix*, com maior participação nas vendas de TVs High-End e do DVD. Em maio, foi lançado um novo modelo de 32" - HDTV - *Digital Ready*, com tela totalmente plana, *progressive scan*, entrada de vídeo em alta resolução e possibilidade de conexões simultâneas de até 8 equipamentos, inclusive de computador. Este lançamento confirma, mais uma vez, o pioneirismo da Philco, no lançamento de produtos inovadores, antecipando ao consumidor brasileiro a "Era Digital".

Na Itaucom, os preços de semicondutores no mercado internacional apresentaram recuperação no 1º trimestre, mas encerraram o semestre no mesmo nível do final do ano passado. O segmento de placas de circuito impresso registrou redução de faturamento, em função da diminuição do mercado automotivo e da paralisação total dos investimentos das empresas do setor de telecomunicações. As exportações de placas representaram 39% do total da receita da Adiboard no período.

ELEKEIROZ

A indústria química é muito sensível às variações cambiais, pois os preços de suas matérias-primas e dos seus produtos acabados estão atrelados ao câmbio. Antevemos para o 2º semestre variações significativas no mercado, em função do reflexo dessas variações cambiais nesses preços.

Em 08 de maio, a Elekeiroz adquiriu o controle indireto da Ciquine Cia. Petroquímica, no 3º leilão público promovido pelo Banco Central do Brasil no processo de liquidação extrajudicial

do Banco Econômico S.A.. A aquisição foi submetida ao CADE, nos termos da legislação vigente.

A expedição total, incluindo a Elekeiroz e a Ciquine, atingiu o novo recorde de 230 mil toneladas, 2% superior à do primeiro semestre de 2001, e só não foi maior devido à forte reversão e retração dos mercados ocorrida em junho, quando as vendas foram 18% inferiores às previstas para o mês, e ao não crescimento das expedições da nova controlada em todo o período. Os produtos orgânicos foram responsáveis por 112 mil toneladas do total.

A aquisição da Ciquine possibilitou o retorno da Elekeiroz à produção de oxalcoois, que interrompera no passado com o fechamento da unidade de Igarassú em Pernambuco, justamente por ter assinado na ocasião um contrato de longo prazo com a própria Ciquine para o fornecimento dessa importante matéria prima para a produção de plastificantes.

ITAÚSA EMPREENDIMENTOS

O mercado imobiliário sofre ainda com o elevado nível das taxas de juros e as incertezas do cenário político.

O mercado de unidades para uso residencial continua com boa velocidade de absorção dos estoques, e com demanda elevada nos produtos voltados à classe média alta. Já, no segmento voltado à ocupação comercial, o comportamento sazonal não sofreu alteração, sendo muito pequena a demanda por novas áreas.

No semestre, como resultado dos investimentos que vêm sendo realizados, o Raposo Shopping apresentou, em relação ao mesmo período do ano anterior, crescimento de 17,4% na receita de aluguéis, o que possibilitou significativo incremento na distribuição de recursos aos investidores.

RECURSOS HUMANOS

A remuneração do pessoal, somada aos encargos e benefícios, totalizou R\$ 1.419 milhões. Os benefícios sociais proporcionados aos funcionários e seus dependentes englobam aposentadoria complementar, alimentação, assistência médico-odontológica, serviços de assistência social, bolsas de estudo, atividades de lazer, esporte e cultura, empréstimos a taxas de juros subsidiadas, seguros, vale-transporte, doações e concessões especiais, entre outros. Estes benefícios chegaram a R\$ 221 milhões, destacando-se os Planos de Aposentadoria Complementar que já beneficiam 12.185 ex-funcionários, em montante de R\$ 107 milhões.

No semestre, as empresas investiram R\$ 18,8 milhões em programas de educação, treinamento e desenvolvimento.

ATUAÇÃO SOCIAL

Na área social destaca-se a atuação da Fundação Itaú Social, cujo foco é criar, desenvolver e apoiar projetos sociais prioritariamente nas áreas de educação e saúde. No semestre, com investimentos de R\$ 4 milhões, a instituição cumpriu mais uma etapa importante do programa Melhoria da Educação no Município e de seu amplo projeto Educação & Participação. Além disso lançou, em abril de 2002, o Prêmio Escrevendo o Futuro. O programa Melhoria da Educação no Município, em parceria com Unicef, Cenpec - Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária e Undime (União dos Dirigentes Municipais de Educação), já atingiu mais de 500 cidades do país e mais de um milhão de alunos e 40 mil educadores, desde o seu lançamento em 1999.

O Programa Parcerias, um componente do projeto Educação & Participação, conquistou este ano a adesão de empresas, instituições e fundações que propiciarão apoio financeiro, técnico e pedagógico aos 30 programas finalistas do Prêmio Itaú-Unicef 2001. Também teve início no semestre a ampliação do Estudo sobre o Perfil dos Programas inscritos no Prêmio Itaú-Unicef, que contém informações relevantes sobre ONGs brasileiras.

O Prêmio Escrevendo o Futuro conta com a parceria do MEC - Ministério da Educação, da Undime - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e da TV Futura, tendo a coordenação do Cenpec. Este Prêmio está voltado a alunos da 4ª e 5ª séries do ensino fundamental regular de escolas públicas de todo o Brasil, com o objetivo de desenvolver o gosto pela escrita. Seus objetivos vão muito além da premiação, estando previstos em seu planejamento ações para formação dos educadores como a "Jornada Itaú de Escrita", que são oficinas de produção de textos para alunos e professores; elaboração de subsídios e orientações para as escolas participantes; e valorização e ampliação do universo cultural dos participantes.

No semestre, a Fundação Itaú Social conquistou o "Prêmio Top Social 2001", da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil, pelo Projeto "Saúde & Cidadania" e o "Prêmio Marketing Best de Responsabilidade Social", da Editora Referência e da Fundação Getúlio Vargas, com o Programa "Melhoria da Educação no Município".

ATUAÇÃO CULTURAL

O Itaú Cultural tem a vocação de "fomentar, articular e difundir conhecimento, produção e distribuição das artes com novas tecnologias para ampliar o acesso e colaborar com o processo de participação social".

No semestre, sua sede em São Paulo foi remodelada e ganhou espaços mais amplos e recursos tecnológicos mais modernos para oferecer aos visitantes uma programação regular e com múltiplas expressões da produção artística contemporânea, além de oficinas educativas para crianças e um ambiente com novidades cibernéticas para os jovens.

A partir de maio, quando houve a reabertura da sede, foram realizadas 14 palestras e oficinas, 3 exposições, 3 espetáculos e 29 mostras de cinema e vídeo e outras atividades que tiveram a participação de mais de 37 mil visitantes.

Reafirmando seu compromisso com a comunidade, o Itaú Cultural firmou em janeiro acordo com o Ministério da Educação no projeto "Laboratório dos Sentidos". O projeto piloto está sendo executado em 40 escolas de Goiás, Santa Catarina, Pernambuco e Paraíba.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos senhores acionistas pelo apoio e confiança com que sempre nos têm distinguido. Aos clientes de nossas empresas, agradecemos pela fidelidade e pela receptividade às inovações realizadas em seus vários produtos e serviços.

Cumprimentamos nossos funcionários e colaboradores, pela sempre dedicada e competente realização de seu trabalho.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração em 12/08/2002).

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

	<i>Em milhares de Reais</i>	
ATIVO	30.06.2002	30.06.2001
Circulante e Realizável a Longo Prazo		
Disponível	2.111.008	1.663.849
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	13.470.590	7.373.642
Operações de Crédito	22.910.543	20.041.474
Aluguéis e Arrendamentos	1.118.054	1.193.647
Contas e Duplicatas a Receber	16.924.067	15.338.461
Títulos e Valores Mobiliários	20.793.916	19.814.630
Estoques		
Produtos	398.300	385.720
Imóveis	46.290	39.758
Despesas Antecipadas	509.797	193.673
Relações Interbancárias de Controladas	7.137.920	7.495.063
Total	85.420.485	73.539.917
Permanente		
Investimentos	992.928	761.155
Imobilizado		
De Uso Próprio	3.408.063	3.239.936
De Locação	56.135	24.537
Reservas Florestais	75.212	73.403
Diferido	320.238	240.959
Total	4.852.576	4.339.990
TOTAL	90.273.061	77.879.907

	<i>Em milhares de Reais</i>	
PASSIVO	30.06.2002	30.06.2001
Circulante e Exigível a Longo Prazo		
Recursos Captados por Controladas		
Moedas Estrangeiras	8.752.931	7.628.885
Moeda Nacional	33.808.248	32.859.013
Mercado Aberto	12.750.308	9.448.390
Instrumentos Financeiros e Derivativos	654.370	-
Obrigações por Empréstimos		
Moedas Estrangeiras	394.385	497.317
Moeda Nacional	539.780	443.542
Compromissos Imobiliários	1.269	2.482
Dividendos a Pagar	258.549	426.845
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	1.685.751	1.453.265
Provisões e Contas a Pagar	14.072.314	9.363.233
Relações Interbancárias de Controladas	3.111.976	3.302.408
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização - Comprometidas	507.549	452.570
Total	76.537.430	65.877.950
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização em Controladas - Não Comprometidas	2.951.025	2.412.245
Resultado de Exercícios Futuros	191.170	176.988
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio Líquido Referente às Participações		
Minoritárias nas Subsidiárias	4.961.449	4.520.890
Patrimônio Líquido da Controladora		
Capital Social	3.000.000	2.316.939
Reservas de Capital	25.073	25.392
Reservas de Reavaliação	54.100	55.184
Reservas de Lucros	2.558.528	2.494.319
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Derivativos	(5.714)	-
Total do Patrimônio Líquido da Controladora	5.631.987	4.891.834
Patrimônio Líquido do Conglomerado Itaúsa	10.593.436	9.412.724
TOTAL	90.273.061	77.879.907

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO DO PERÍODO

	<i>Em milhares de Reais</i>	
	1º.01 a 30.06.2002	1º.01 a 30.06.2001
Receitas Operacionais	16.366.840	12.117.525
Despesas Operacionais	(14.647.703)	(10.606.551)
Resultado Operacional	1.719.137	1.510.974
Resultado Não Operacional	(53.981)	36.156
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	1.665.156	1.547.130
Imposto de Renda e Contribuição Social Devidos Sobre Operações do Período	(559.157)	(386.413)
A Compensar Referentes a Adições Temporárias	278.416	256.034
Resultado Extraordinário		
Da Controladora	(92.319)	247.150
Referente à Participação Minoritária nas Subsidiárias	(13.039)	119.261
Participações no Lucro		
Empregados	(63.700)	(105.443)
Administradores - Estatutárias	(31.095)	(22.960)
Lucro Líquido Referente à Participação Minoritária nas Subsidiárias	(588.840)	(802.648)
Lucro Líquido da Controladora	595.422	852.111
Lucro Líquido da Controladora	595.422	852.111
Lucro Líquido Referente à Participação Minoritária nas Subsidiárias	588.840	802.648
LUCRO LÍQUIDO DO CONGLOMERADO ITAÚSA	1.184.262	1.654.759
Número de Ações em Circulação (em milhares)	3.148.803	3.070.505
Lucro Líquido da Controladora por Lote de Mil Ações (R\$)	189,09	277,51
Valor Patrimonial da Controladora por Lote de Mil Ações (R\$).	1.788,61	1.593,17
LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE CONTROLADORA	687.741	604.961
EVOLUÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE CONTROLADORA	13,7%	
RESULTADO EXTRAORDINÁRIO	(92.319)	247.150
TOTAL CONTROLADORA.	595.422	852.111

ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A ITAÚSA INVESTIMENTOS ITAÚ S.A. tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participar, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da respectiva posição no mercado de capitais e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. - (ITAÚSA) e de suas controladas (ITAÚSA CONSOLIDADO) foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e normativos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Banco Central do Brasil (BACEN), que incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere a constituição de provisões.

As demonstrações contábeis consolidadas estão sendo apresentadas sem a segregação entre Circulante e Longo Prazo, consistentemente com as apresentações trimestrais anteriores.

NOTA 3 - DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem a ITAÚSA e suas controladas diretas e indiretas, dentre as quais destacam-se:

Banco Itaú S.A. (Itaú); Banco Itaú Europa, S.A. (BIE); Banco Banerj S.A. (Banerj); Banco Banestado S.A. (Banestado); Banco BEG S.A. (BEG) (a); Banco Bemge S.A. (Bemge); Banco Itaú

Buen Ayre S.A. (Itaú Buen Ayre); Itaú Seguros S.A. (Itauseg); Itaú Capitalização S.A. (Itaucap); Duratex S.A. (Duratex); Elekeiroz S.A. (Elekeiroz); Itautec Philco S.A. (Itautec); Itaúsa Empreendimentos S.A. (Itaúsa Empreendimentos).

(a) Nova denominação social do Banco do Estado de Goiás S.A., adquirido pela controlada Itaú, em 04.12.2001.

NOTA 4 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Consolidação – Os saldos significativos das contas patrimoniais e os valores das transações, entre as empresas consolidadas, foram eliminados. A diferença no Lucro Líquido e Patrimônio Líquido entre ITAÚSA e ITAÚSA CONSOLIDADO decorre do efeito da adoção de critérios distintos na amortização de ágio originado na aquisição de investimentos e na constituição de créditos tributários da controlada ITAÚ, bem como de ágios próprios e de outras controladas, e da eliminação dos lucros não realizados decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas, cujos tributos correspondentes foram diferidos.

b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Empréstimos, Títulos Descontados, Financiamentos, Recursos Captados por Controladas, Captações no Mercado Aberto e demais Operações Ativas e Passivas - As operações com cláusula de atualização monetária/cambial estão registradas a valor presente, calculadas "pro rata die" com base na variação do indexador pactuado, observado, nos financiamentos imobiliários, o valor presente das prestações contratuais vincendas. As operações com encargos pré-fixados estão registradas a valor futuro, retificadas por conta redutora dos rendimentos/encargos a apropriar. As operações de Empréstimos, Títulos Descontados

e Financiamentos das empresas financeiras são atualizadas ("accrual") até o 60º dia de atraso, e a receita decorrente da recuperação de operações levadas anteriormente a prejuízo ("write-offs"), está classificada na linha de Receitas de Operações de Crédito.

c) Títulos e Valores Mobiliários - Nas controladas caracterizadas como instituições financeiras, empresas de seguros, previdência e capitalização e suas controladas (Área Financeira e de Seguros), a partir de 30.06.2002, inclusive, de acordo com normativos do BACEN e da SUSEP, os títulos e valores mobiliários passaram a ser classificados nas seguintes categorias:

- **títulos para negociação** - títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e freqüentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- **títulos disponíveis para venda** - títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido; e
- **títulos mantidos até o vencimento** - títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento, avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos em contrapartida ao resultado do período.

Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos mantidos até o

vencimento, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no resultado como perdas realizadas.

Na ITAÚSA e nas controladas não financeiras (Área Industrial) estão escriturados ao custo de aquisição atualizado e ajustado por provisão para refletir o valor de mercado, quando este for inferior.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos - Nas controladas do ramo financeiro, a partir de 30.06.2002, inclusive, de acordo com os normativos do BACEN, os Instrumentos Financeiros Derivativos passaram a ser classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não. As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

- **Hedge de Risco de Mercado** - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

- **Hedge de Fluxo de caixa** - A parcela efetiva de *hedge* dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do *hedge* é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

e) Os efeitos da aplicação dos procedimentos descritos nas notas 4c e 4d acima, nas controladas da Itaúsa da Área Financeira e de Seguros, refletidos por estas em conta destacada dos seus patrimônios líquidos ou em contas de resultado, foram igualmente registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado de equivalência patrimonial da controladora proporcionalmente ao percentual de participação.

f) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa -

Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas. Para as controladas do ramo financeiro, foram atendidas as normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682 do BACEN de 21.12.1999, dentre as quais se destacam:

- As provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência;
- Considerando-se exclusivamente a inadimplência, os *write-offs* podem ser efetuados após 360 dias do vencimento do crédito ou após 720 dias, para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

Outros fatores ligados à análise da qualidade do cliente/crédito, podem provocar *write-offs* antes desses prazos, porém nunca antes de 180 dias do vencimento.

g) **Investimentos** - Em controladas e coligadas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as demonstrações contábeis das controladas no exterior, adaptadas aos critérios contábeis vigentes em nosso País e convertidas para Reais. Os demais estão registrados pelo valor de custo, corrigido monetariamente até 31.12.1995.

h) **Imobilizado** - Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada, corrigidos monetariamente até 31.12.1995 e ajustado a valor de mercado, para os imóveis relacionados às operações de seguros, previdência privada e capitalização, por reavaliação suportada por laudos técnicos. As depreciações são calculadas pelo método linear, sobre o custo corrigido, às seguintes taxas anuais:

	%	
Imóveis de uso		4
Instalações, móveis e equipamentos de uso e sistemas de segurança, transporte e comunicação	10	a 25
Sistemas de processamento de dados	20	a 50

i) **Diferido** - Os gastos diferidos de organização e expansão correspondem basicamente a benfeitorias em imóveis de terceiros, amortizados linearmente com base no prazo de locação, e aquisição e desenvolvimento de logiciais, amortizados linearmente com base nos prazos dos contratos, limitados a cinco anos.

j) Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização

– **Comprometidas:** correspondem, basicamente, nos ramos de seguros às provisões de sinistros a liquidar constituídas com base nas notificações de sinistros em valor suficiente para fazer face aos compromissos futuros e complementada pela provisão para sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR. Nos segmentos de Previdência e Capitalização correspondem a valores de benefícios e resgates solicitados e não pagos até a data do balanço ou de exigibilidades conhecidas ou calculáveis, acrescidas, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

– **Não comprometidas:** correspondem, nos ramos de seguros, a provisões de prêmios não ganhos calculadas de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CNSP nº 59/2001 e a provisão matemática para o ramo vida individual, calculada com base em estudo atuarial e visa garantir compromissos futuros. Nos segmentos de Previdência e Capitalização as provisões técnicas são constituídas mediante aplicação de fórmulas matemáticas, calculadas por atuário e consubstanciadas em notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP.

k) Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS –

Provisionados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social	8,00%
Adicional de Contribuição Social	1,00%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%

Os valores sob discussão judicial permanecem integralmente provisionados.

NOTA 5 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - ÁREA FINANCEIRA

Apresentamos a seguir a composição da carteira de Títulos e Valores Mobiliários e de Instrumentos Financeiros Derivativos das controladas da Área Financeira e de Seguros, classificados de acordo com as novas regras do BACEN e da SUSEP, demonstrados pelos seus valores de custo e de mercado, bem como os efeitos registrados diretamente no patrimônio líquido das controladas e da Itaúsa.

	Custo	Valor de Mercado	Provisão para Ajuste a Valor de Mercado refletida no:	
			Resultado	Patrimônio Líquido
Títulos para Negociação	9.377.557	9.232.585	(144.972)	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	848.923	528.530	(320.393)	-
Títulos Disponíveis para Venda	11.131.150	10.522.120	-	(609.030)
Títulos mantidos até o Vencimento	131.273	131.273	-	-
SUBTOTALS	21.488.903	20.414.508	(465.365)	(609.030)
Créditos Tributários	-	-	-	214.694
TOTAL DO AJUSTE A VALOR DE MERCADO	-	-	-	(394.336)
Reclassificação da Provisão Adicional	-	550.000	-	550.000
Reclassificação do Crédito Tributário	-	-	-	(187.000)
TOTAL RECLASSIFICADO	-	550.000	-	363.000
Provisão Adicional (excedente ao mínimo requerido) (*)	-	(1.147.000)	-	-
TOTAIS	21.488.903	19.817.508	-	(31.336)
Participação de Minoritários				(25.622)
Valor Destacado no Patrimônio Líquido da Itaúsa				(5.714)

(*) Provisão adicional para fazer face a riscos futuros decorrentes de oscilações nas cotações. Neste semestre foi reclassificada parte dessa provisão, no montante de R\$ 550.000, em contrapartida à conta de Patrimônio Líquido - Ajuste de Valor de Mercado - TVM e Derivativos que reflete os efeitos da implantação dos critérios estabelecidos pela Circular BACEN 3.068/2001. Além disso, essa provisão foi aumentada em R\$ 467.000 para neutralizar o ganho cambial do "hedge" efetuado para o pagamento referente à compra do Bancò Sudameris S.A., que excedeu à variação da taxa dos Depósitos Interfinanceiros no período, de modo a não distorcer o montante, em Reais, do ágio a ser apurado quando da concretização da aquisição e em R\$ 130.000 para riscos de oscilações futuras nas cotações dos demais títulos.

A adaptação aos novos critérios de classificação de Títulos e Valores Mobiliários e dos Instrumentos Financeiros Derivativos provocou efeitos no Lucro Líquido e no Patrimônio Líquido das controladas da Área Financeira, cujos reflexos na ITAÚSA foram de R\$ 160.700 e R\$ 12.163 respectivamente.

No Lucro Líquido, o efeito foi provocado basicamente pelo ajuste a mercado de Títulos Disponíveis para Venda, não reconhecido no resultado, e pelo ajuste a mercado dos Instrumentos

Financeiros Derivativos (Swap) que, pelas normas até então vigentes, não era exigido. No Patrimônio Líquido, o efeito decorreu basicamente em função das inovações da nova norma que passou a contemplar os ganhos decorrentes dos ajustes a mercado das carteiras de títulos e o ajuste a mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap), tendo-se destacado a parcela correspondente a ganhos apurados até 31.12.2001, como ajustes de exercícios anteriores.

NOTA 6 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Os encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social incidentes sobre as operações do período são demonstrados a seguir:

	1º.01 a 30.06.2002	1º.01 a 30.06.2001
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.665.156	1.547.130
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas de 25% e 9% respectivamente (*)	(566.153)	(526.024)
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:		
(Inclusões) Exclusões Permanentes	260.612	380.241
Participações em Coligadas	67.440	7.263
Juros sobre o Capital Próprio	76.369	193.459
Despesas/Provisões Indedutíveis e Outras	116.803	179.519
(Inclusões) Exclusões Temporárias	(249.856)	(227.384)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(82.941)	(86.666)
Provisões Trabalhistas, Contingências Fiscais e Outras	(166.915)	(140.718)
Outros Ajustes:	(3.760)	(13.246)
Imposto de Renda de Subsidiárias no Exterior	(3.760)	(13.246)
Imposto de Renda e Contribuição Social devidos sobre operações do Período	(559.157)	(386.413)
Imposto de Renda na Fonte sobre distribuição de Juros sobre Capital Próprio	(40.138)	(65.629)
Total do Encargo do Imposto de Renda e Contribuição Social devidos	(599.295)	(452.042)

(*) Conforme Nota 4k.

b) Abaixo, composição dos ajustes contábeis relativos ao Imposto de Renda e Contribuição Social a compensar, referentes a adições temporárias:

	1º.01 a 30.06.2002	1º.01 a 30.06.2001
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar referentes a adições temporárias	278.416	256.034
Créditos Tributários:		
Constituição (Reversão) sobre Adições / Exclusões Temporárias	249.856	159.877
Constituição (Reversão) Sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	(14.524)	67.291
Constituição (Reversão) Sobre Outros	43.084	28.866

c) O saldo de Créditos Tributários e Obrigações Fiscais Diferidas (Imposto de Renda e Contribuição Social), está representado por:

	31.12.2001	Movimentação Líquida	30.06.2002
Créditos Tributários			
Diferenças temporárias, representadas por:			
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	822.992	96.946	919.938
Provisões para Desvalorização de TVM/Dep. Interfinanceiros	241.219	164.806	406.025
Provisão de Juros sobre Capital Próprio	88.755	(44.768)	43.987
Provisões para Contingências Fiscais	216.028	13.320	229.348
Provisões Trabalhistas	181.497	29.708	211.205
Provisões para Contingências Cíveis	73.914	19.715	93.629
Provisões para Imóveis	44.898	2.372	47.270
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	796.668	(14.523)	782.145
Outros	413.080	35.285	448.365
TOTAL	2.879.051	302.861	3.181.912
Obrigações fiscais diferidas			
Diferenças Temporárias, representadas por:			
Superveniência de Depreciação - Leasing	185.107	37.967	223.074
Reserva de Reavaliação	19.594	(407)	19.187
Tributação sobre Resultados de Subsidiárias no Exterior	8.280	3.759	12.039
Tributação de resultados no exterior - Ganhos de Capital	38.221	14.093	52.314
Outras	292	1.017	1.309
TOTAL	251.494	56.429	307.923

d) A estimativa das parcelas de realização do total de créditos tributários, existentes em 30.06.2002, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade são de 10,2% no primeiro ano; 17,6% no segundo ano; 16,1% no terceiro ano; 10,0% no quarto ano; 10,1% no quinto ano; 26,6% entre o sexto e o oitavo ano e 9,4% no nono ano.

NOTA 7 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO - ITAÚSA

a) Ações

O capital social está representado por 3.148.802.782 (3.070.505.414 em 30.06.2001) ações escriturais nominativas, sendo 1.156.079.213 (1.127.332.427 em 30.06.2001) ações ordinárias e 1.992.723.569 (1.943.172.987 em 30.06.2001) ações preferenciais.

Em AGO de 29.04.2002, foi aprovado aumento de capital de R\$ 2.316.939 para R\$ 2.851.235, sem emissão de ações, mediante capitalização de Reservas consignadas no balanço de 31.12.2001.

Ainda em AGO de 29.04.2002, foi aprovado aumento de capital da ITAÚSA, passando de R\$ 2.851.235 para R\$ 3.000.000, com emissão de 78.297.368 novas ações, sendo: 28.746.786 ordinárias e 49.550.582 preferenciais, integralizadas ao preço de R\$ 1,90 por ação, em dinheiro ou mediante compensação de créditos originários de juros sobre o capital próprio, declarados pela ITAÚSA. O referido aumento do capital foi homologado em AGE de 1º.07.2002.

b) Dividendos

Os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do Lucro Líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies

participarão dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias dividendo igual ao mínimo prioritário a ser pago às ações preferenciais.

A antecipação trimestral do dividendo mínimo obrigatório, paga na forma de juros sobre o capital próprio, passou a R\$ 4,00 (Quatro Reais) por lote de mil ações, a partir de 1º.07.2002.

NOTA 8 - PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações envolvendo a ITAÚSA e suas Controladas, foram eliminadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- Os controladores da ITAÚSA;
- A Fundação Itaúbanco, a Fundação Duratex, a Fundação Itaúsa Industrial, o FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado e a Caixa de Previdência dos Funcionários do BEG (PREBEG), entidades fechadas de previdência complementar, que administram planos de aposentadoria complementar patrocinados pela ITAÚSA e/ou por suas controladas, conforme Nota 12a; e
- A Fundação Itaú Social e o Instituto Itaú Cultural - IIC, entidades mantidas pela controlada Itaú para atuação nas suas respectivas áreas de interesse. Durante o período, as empresas consolidadas efetuaram doações ao IIC no montante de R\$ 10.350.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da ITAÚSA e, além daquelas já referenciadas acima, se caracterizam basicamente por:

- Transações bancárias em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do BACEN, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de títulos e valores mobiliários e prestação de serviços de custódia/administração de carteira.
- Locação de imóveis junto à Fundação Itaúbanco, FUNBEP e PREBEG.

NOTA 9 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Derivativos

A globalização dos mercados nos últimos anos proporcionou um alto nível de sofisticação nos produtos financeiros utilizados. Como consequência deste processo, houve uma crescente demanda por instrumentos financeiros derivativos para administrar riscos de mercado resultantes basicamente de flutuações em taxas de juros, câmbio e preços de ativos. Desta forma as controladas da ITAÚSA vêm operando de forma intensa nos mercados derivativos, tanto no atendimento às crescentes necessidades de seus clientes, como na execução de sua política de gestão de riscos. Tal política baseia-se na utilização dos instrumentos derivativos como forma de minimização dos riscos resultantes das operações comerciais e financeiras.

Os derivativos negociados são adquiridos para duas funções básicas:

- **Hedge** - para realização de *hedge* de portfólio estrutural;
- **Trading** - servindo de instrumentos para assumir posições proprietárias e de gestão de riscos dos derivativos negociados com grandes clientes.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados com clientes, no Brasil, são de operações de swap e futuros, todas registradas na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) ou na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP). Os contratos futuros de DI e dólar da BM&F são utilizados principalmente como instrumentos para trava de taxas de financiamentos oferecidos a

clientes por prazos ou moedas descasados com os dos recursos utilizados para fundeá-los. No exterior, são realizadas operações com contratos derivativos de futuros, termo, opções e swaps com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, Nova York e Londres. Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos em 30.06.2002 eram relacionados à taxa de câmbio, taxa de juros, cupom de dólar e de TR, Libor e renda variável. O gerenciamento destes e de outros fatores de risco de mercado está apoiado em infra-estrutura de modelos determinísticos e estatísticos sofisticados. Com base neste modelo de gestão, as controladas têm conseguido, com a utilização de operações envolvendo derivativos, maximizar as relações risco e retorno, mesmo em situações de grande volatilidade.

Normalmente os preços cotados em bolsa são os melhores estimadores de Valor Justo dos Instrumentos Financeiros. No entanto nem todos os instrumentos possuem liquidez ou mesmo cotações, sendo necessária neste caso a adoção de estimativas de valor presente e outras técnicas de precificação. Para a obtenção destes valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

- **Futuros e Termo:** cotações em bolsas;
 - **Swaps:** estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da BM&F e/ou nos preços de mercado dos títulos públicos para as operações do Brasil, e nos preços das bolsas internacionais para as operações realizadas no exterior.
 - **Opções:** modelos estatísticos que incorporam o comportamento da volatilidade do preço do ativo objeto, as taxas de juros, o preço de exercício e o preço *spot* da mercadoria como o modelo de *Black & Scholes*.
- As posições desses instrumentos financeiros têm seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes/prêmios em contas patrimoniais.

O quadro a seguir resume o valor referencial atualizado ao preço de mercado e as respectivas exposições líquidas no balanço patrimonial para os instrumentos financeiros deivativos.

	ITAÚSA					
	CONTA DE COMPENSAÇÃO VALOR REFERENCIAL		CONTA PATRIMONIAL VALOR A RECEBER/RECEBIDO (A PAGAR/PAGO)		VALOR DE MERCADO	AJUSTE AO VALOR DE MERCADO
	30.06.2002	30.06.2001	30.06.2002	30.06.2001	30.06.2002	30.06.2002
Contratos de futuros	46.627.524	46.826.818	(10.926)	(10.113)	(10.926)	-
Compromissos de compra	22.255.335	23.859.366	(41.279)	(52.783)	(41.279)	-
Compromissos de venda	24.372.189	22.967.452	30.353	42.670	30.353	-
Contratos de swaps			(42.323)	(120.494)	(200.145)	(157.822)
Posição ativa	16.999.998	8.783.325	721.716	209.413	377.088	(344.628)
Posição passiva	17.042.321	8.903.819	(764.039)	(329.907)	(577.232)	186.806
Contratos de opções	3.988.627	7.189.123	(12.439)	(85.928)	(27.445)	15.006
De compra - posição comprada	1.644.780	1.787.634	(75.573)	(48.461)	(104.632)	29.059
De venda - posição comprada	840.816	1.997.581	(6.216)	(91.411)	(625)	(5.591)
De compra - posição vendida	716.655	1.988.337	16.766	6.338	26.168	(9.402)
De venda - posição vendida	786.376	1.415.571	52.584	47.606	51.644	940
Termo			54.328	122.440	55.095	767
Compromisso de venda			54.328	122.440	55.095	767
		ATIVO	857.833	471.725	537.440	(320.393)
		PASSIVO	(833.389)	(383.851)	(655.044)	178.344
		TOTAL	24.444	87.874	(117.604)	(142.049)

Os contratos de futuros, swaps, opções e termo possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação	0 - 30				30.06.2002	
	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	30.06.2002	30.06.2001	
Futuros	2.846.537	15.537.771	7.780.411	20.462.805	46.627.524	46.826.818
Swaps	1.761.951	5.279.931	3.422.151	5.814.249	16.278.282	8.573.912
Opções	487.000	1.690.044	1.182.533	629.050	3.988.627	7.189.123
Patrimonial - Mercado	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	30.06.2002	
Futuros	(5.877)	(21.156)	(26.114)	42.221	(10.926)	
Swaps - ativo	56.429	125.248	37.872	157.539	377.088	
Swaps - passivo	(109.781)	(236.109)	(132.855)	(98.487)	(577.232)	
Opções - ativo	10.847	52.565	9.181	32.663	105.257	
Opções - passivo	(3.276)	(26.976)	(16.181)	(31.379)	(77.812)	
Termo	21.612	20.360	13.123	-	55.095	

b) Valor de Mercado

As demonstrações contábeis são elaboradas com base em critérios contábeis, que pressupõem a continuidade normal das operações da ITAÚSA e de suas controladas.

O valor contábil relativo a cada instrumento financeiro, constante ou não do balanço patrimonial, quando comparado com o valor que se poderia obter na sua negociação em um

mercado ativo ou, na ausência deste, com o valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros ajustados com base na taxa de juros vigente no mercado, aproxima-se do seu correspondente valor de mercado, ou este não é disponível, exceto para os incluídos em: (basicamente representados pelo Itaú e suas controladas diretas indiretas)

	CONTÁBIL		MERCADO		LUCRO / (PREJ.) NÃO REALIZADO (2)	
	30.06.2002	30.06.2001	30.06.2002	30.06.2001	30.06.2002	30.06.2001
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	13.470.590	7.373.642	13.474.605	7.374.254	4.015	612
Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos (1)	20.793.916	19.758.036	21.931.857	20.672.078	1.137.941	914.042
Operações de Crédito	22.910.543	21.073.253	22.820.816	20.985.009	(89.727)	(88.244)
Participação no BPI	471.357	270.344	796.404	521.045	325.047	250.701
Outros investimentos	430.387	395.562	424.250	393.980	(6.137)	(1.582)
Recursos Captados por Controladas	55.965.857	49.936.147	55.909.245	49.779.828	56.612	156.319
Obrigações por Empréstimos	934.165	940.859	927.546	931.692	6.619	9.167
Ações em Tesouraria	273.031	308.990	361.951	548.672	88.920	239.682
Total não Realizado					1.523.290	1.480.697

(1) Não considera a reclassificação da provisão adicional no montante de R\$ 550.000.

(2) Inclui Lucro Não Realizado de minoritários no montante de R\$ 729.865 (R\$ 714.261 em 30/06/2001).

O quadro não inclui os eventuais ganhos em ações de empresas controladas de capital aberto por serem de caráter permanente.

Para a obtenção dos valores de mercado dos Instrumentos Financeiros, são adotados os seguintes critérios:

- Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, Certificados de Depósitos Bancários e Letras Hipotecárias, os dois últimos incluídos em Títulos e Valores Mobiliários, pelo valor nominal atualizado até a data do vencimento, descontado a valor presente às taxas de mercado futuro de juros e de swaps para títulos pré-fixados, e às taxas no mercado dos títulos de renda fixa, publicadas na Gazeta Mercantil de 1º.07.2002, para títulos pós-fixados.
- Títulos Públicos, incluídos em Títulos e Valores Mobiliários, com base em taxas coletadas junto ao mercado, validadas através de comparação com informações fornecidas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (ANDIMA).
- Cotas de Fundos de Investimentos de renda variável, incluídas em Títulos e Valores Mobiliários, pelo valor da cota na data do balanço.
- Ações de Companhias Abertas, quando incluídas em Títulos e Valores Mobiliários, pela cotação média disponível no último pregão do mês ou, na falta desta, a cotação mais recente em pregões anteriores, publicada no Boletim Diário de cada Bolsa.
- Operações de Crédito com prazos superiores a 90 dias, quando disponível, com base no valor presente líquido de fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juros praticada no mercado na data do balanço, considerando, inclusive, os efeitos de operações de hedge (contratos de swap).
- Outros Investimentos e Participação em Coligadas e Controladas - No Exterior, pelo valor da ação nas bolsas de valores, pelo valor patrimonial da ação e cotação de leilão.
- Depósitos a Prazo, Interfinanceiros e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, quando disponíveis, com base no valor presente de fluxos de caixa futuros descontados às taxas de mercado futuro de juros e de swaps para títulos pré-fixados,

e nas taxas no mercado dos títulos de renda fixa, publicadas na Gazeta Mercantil de 1º.07.2002, para títulos pós-fixados. São considerados, inclusive, os efeitos de operações de hedge (contratos de swap).

- Derivativos, relativos às operações de swap contratadas para hedge dos demais Ativos/Passivos, com base nos valores referenciais de cada um dos parâmetros dos contratos (parte e contraparte), atualizados até as datas dos vencimentos e descontados a valor presente às taxas no mercado futuro de juros, respeitadas as características de cada contrato.
- Ações em Tesouraria, pela cotação média disponível no último pregão do mês ou, na falta desta, a cotação mais recente em pregões anteriores, publicada no Boletim Diário de cada Bolsa.

NOTA 10 - RESULTADO EXTRAORDINÁRIO

A fim de possibilitar a adequada análise das demonstrações contábeis do período, foram segregados à conta de Resultado Extraordinário, perdas não operacionais líquidas no montante de R\$ (34.088) decorrentes de variação de participação na controlada Itaú em função de aquisições de ações para tesouraria e de aumento de seu capital social, bem como de amortização, líquida dos efeitos fiscais (CS), de ágios decorrentes: da aquisição em leilão de ações preferenciais do BEG R\$ (21.234), do aumento de capital realizado no Banco del Paraná R\$ (1.526), do aumento de participação no BPI R\$ (436) e da aquisição do controle acionário da Ciquine Cia Petroquímica R\$ (48.074).

NOTA 11 - RECLASSIFICAÇÃO PARA FINS DE COMPARABILIDADE

A fim de tornar as demonstrações contábeis de 30.06.2002 comparáveis, foram efetuadas reclassificações nos saldos de 30.06.2001, relativas à consolidação de administradoras de cartões de crédito como instituições financeiras.

	30.06.2001		
	DIVULGAÇÃO ANTERIOR	RECLASSIFICAÇÕES	SALDOS RECLASSIFICADOS
ATIVO			
Operações de Crédito	21.141.869	(1.100.395)	20.041.474
Contas e Duplicatas a Receber	14.171.397	1.167.064	15.338.461
Títulos e Valores Mobiliários	19.810.056	4.574	19.814.630
TOTAL DO ATIVO	77.808.664	71.243	77.879.907
PASSIVO			
Recursos Captados por Controladas			
Moeda Estrangeira	7.638.590	(9.705)	7.628.885
Moeda Nacional	32.849.308	9.705	32.859.013
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	1.456.796	(3.531)	1.453.265
Provisões e Contas a Pagar	9.288.459	74.774	9.363.233
TOTAL DO PASSIVO	77.808.664	71.243	77.879.907
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Receitas Operacionais	12.107.678	9.847	12.117.525
Despesas Operacionais	(10.603.362)	(3.189)	(10.606.551)
Resultado Operacional	1.504.316	6.658	1.510.974
Resultado Não Operacional	42.814	(6.658)	36.156
Lucro líquido	1.654.759	-	1.654.759

NOTA 12 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Nos termos da Deliberação CVM nº 371, de 13.12.2000, apresentamos a seguir as políticas praticadas pela ITAÚSA e suas controladas quanto aos benefícios a empregados bem como os procedimentos contábeis adotados:

a) Benefícios de Complementação de Aposentadoria:

A ITAÚSA e suas controladas são patrocinadoras dos planos de aposentadoria complementar, administrados pela Fundação Itaúbanko, pela Fundação Itaúsa Industrial, pelo FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado, pela Caixa de Previdência dos Funcionários do BEG e pela Fundação Duratex (entidades fechadas de previdência complementar), que tem por finalidade básica a concessão de benefício que, sob a forma de renda vitalícia (no caso do FUNBEP e do plano oriundo da Fundação Bemge de Seguridade Social - FASBEMGE, também sob a forma de pensão por morte), complementar a aposentadoria paga pela previdência social. Durante o período, as contribuições efetuadas totalizaram R\$ 15.408 (R\$14.626 de 1º 01. a 30.06.2001). A taxa de contribuição é crescente em função do rendimento do participante.

b) Benefícios Pós Emprego:

O BANESTADO e o BEG patrocinam plano de saúde a seus aposentados e beneficiários, de acordo com os compromissos de manutenção assumidos nos contratos de aquisição firmados pelo Itaú, nos prazos e condições estabelecidos. Durante o período as contribuições efetuadas totalizaram R\$ 2.587 (R\$ 2.156 de 1º 01. a 30.06.2001). A taxa de contribuição é crescente em função da idade do beneficiário.



c) Valor Líquido dos Ativos e Passivos Atuariais dos Planos de Benefícios:

Apresenta-se a seguir a composição dos ativos e passivos atuariais líquidos em 30.06.2002, que consideram os exigíveis atuariais calculados de acordo com os conceitos estabelecidos na Deliberação CVM nº 371/2000, no que se refere a revisão de modelos, assim como de premissas atuariais em relação aos estabelecidos nas Notas Técnicas dos planos, os quais não foram reconhecidos nas patrocinadoras:

	30.06.2002
Ativos líquidos dos planos	5.271.922
Passivos Atuariais	(5.061.517)
Superveniência	210.405

Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial:

Taxa de Desconto	10,24% a.a.
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos	12,32% a.a.
Crescimentos Salariais Futuros	8,16% a.a.
Crescimento dos Benefícios da Previdência	
Social e dos Planos	4,00% a.a.
Inflação	4,00% a.a.
Método Atuarial	Crédito Unitário Projetado ⁽¹⁾

(1) No método atuarial do Crédito Unitário Projetado, a reserva matemática é definida pelo valor atual do benefício projetado multiplicado pela razão entre o tempo de serviço atingido na data de avaliação e o tempo de serviço que será atingido na data de concessão do benefício. O custeio é determinado tomando-se o valor atual do benefício projetado distribuído ao longo dos anos de atividade de cada participante.

Adicionalmente às reservas mantidas pelo planos, os patrocinadores mantêm provisões no montante de R\$ 59.481 para cobertura de eventuais insuficiências atuariais.

NOTA 13 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) A ITAÚSA e suas controladas, apesar de possuírem reduzido grau de risco em função da não concentração física de seus ativos, têm como política segurar seus valores e bens, a valores considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros (contra incêndio e roubo), conforme o caso,

b) Os saldos patrimoniais, em R\$, vinculados a moeda estrangeira eram:

	30.06.2002	30.06.2001
Investimentos permanentes no exterior	5.686.152	4.581.109
Saldo líquido dos demais ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, inclusive derivativos.	(1.501.421)	(178.052)
Posição Cambial Líquida	4.184.731	4.403.057

c) A ITAÚSA CONSOLIDADO recolheu ou provisionou impostos e contribuições no montante de R\$ 1.212.280 (R\$ 898.921 de 1º.01 a 30.06.2001), que incidiram sobre lucros, receitas e folha de pagamento. Além disso foram retidos de clientes e recolhidos R\$ 2.063.002 (R\$ 1.719.089 de 1º.01 a 30.06.2001), que incidiram diretamente sobre a intermediação financeira.

NOTA 14 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADA

	1º.01 a 30.06.2002	1º.01 a 30.06.2001
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido	595.422	852.111
Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários	-	55.311
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	946.510	613.675
Variação das Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	494.514	413.745
Imposto de Renda Diferido Ativo	(104.969)	(178.930)
Provisão para Desvalorização de Valores e Bens	-	9.522
Amortização de Ágio	78.258	3.355
Resultado de Participação em Controladas e Coligadas	(198.352)	(21.361)
Ganho/Perda na Conversão de Moeda	175.327	(1.917)
Provisão para Perdas em Outros Investimentos	2.212	2.776
Depreciações e Amortizações	314.345	282.817
Resultado dos Acionistas Minoritários	588.840	802.648
Variação de Ativos e Obrigações		
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(3.406.430)	1.339.347
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários	(436.465)	924.075
(Aumento) Redução em Relações Interbancárias de Controladas	522.972	(367.002)
Aumento em Operações de Crédito	(1.363.909)	(3.181.166)
(Aumento) Redução em Aluguéis e Arrendamentos	131.515	(337.335)
Aumento em Estoques	(68.940)	(84.012)
(Aumento) Redução em Contas e Duplicatas a Receber	1.713.339	(1.821.895)
(Aumento) Redução em Despesas Antecipadas	(67.308)	70.044
Redução em Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	(259.626)	(310.980)
(Redução) Aumento em Provisões e Contas a Pagar e Outras Obrigações	(1.403.592)	987.458
Redução em Resultados de Exercícios Futuros	(19.777)	(5.044)
Caixa Líquido Proveniente (Aplicado) em Atividades Operacionais	(1.766.114)	47.242
Atividades de Investimentos		
Alienação de Investimentos	12.111	15.237
Alienação de Imobilizado de Uso	144.829	54.413
Redução do Diferido	8.258	770
Aquisição de Investimentos	(204.385)	(23.251)
Ágio na Aquisição de Investimentos	(102.646)	(3.355)
Aquisição de Imobilizado e Reservas Florestais	(535.979)	(382.235)
Aplicações no Diferido	(66.240)	(39.520)
Variação da Participação dos Acionistas Minoritários	(142.726)	(201.290)
Caixa Líquido Proveniente (Aplicado) em Atividades de Investimentos	(886.778)	(579.231)
Atividades de Financiamentos		
Aumento em Recursos Captados por Controladas Moedas Estrangeiras	1.265.214	2.560.651
Aumento em Recursos Captados por Controladas Moeda Nacional	300.304	28.842
Aumento (Redução) em Recursos Captados por Controladas Mercado Aberto	226.378	(1.724.167)
Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos	654.370	-
Redução em Obrigações por Empréstimos Moedas Estrangeiras	(64.566)	(129.327)
Aumento em Obrigações por Empréstimos Moeda Nacional	76.716	81.057
Aumento em Obrigações por Dívida Subordinada	453.985	-
Dividendos Pagos a Acionistas Minoritários	(100.449)	(210.928)
Aumento de Capital	148.825	151.939
Subscrição de Ações	-	379
Ajuste de Exercícios Anteriores de TVM e Derivativos - Controladas Financeiras	8.874	-
Variação no Período do Valor Mercado - Controladas Financeiras	3.289	-
Juros sobre o Capital Próprio Pagos e/ou Provisionados	(167.448)	(226.856)
Caixa Líquido Proveniente (Aplicado) em Atividades de Financiamento	2.805.492	531.590
Aumento em Disponibilidades, Líquida	152.600	(399)
Disponibilidades no Início do Período	1.958.408	1.664.248
Disponibilidades no Final do Período	2.111.008	1.663.849
Aumento em Disponibilidades, Líquida	152.600	(399)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A., após procederem ao exame das demonstrações contábeis referentes ao semestre encerrado em 30.06.2002, verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados, entendendo que refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas no período, recomendando sejam aprovadas pelo Conselho de Administração da sociedade.

São Paulo-SP, 12 de agosto de 2002.

José Marcos Konder Comparato

Geraldo de Camargo Vidigal

Luiz Eduardo Franco de Abreu

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS REVISÕES LIMITADAS

9 de agosto de 2002

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas

ITAÚSA – Investimentos Itaú S.A.

- 1 Efetuamos revisões limitadas das demonstrações contábeis da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e empresas controladas referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2002 e 2001, compreendendo os balanços patrimoniais consolidados e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado, preparados de acordo com práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil e sob a responsabilidade da administração da Companhia.
- 2 Nossas revisões foram efetuadas de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiram, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia quanto aos principais critérios adotados na elaboração das demonstrações contábeis e (b) revisão das informações relevantes e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e empresas controladas.
- 3 Baseados em nossas revisões limitadas, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas demonstrações contábeis acima referidas, para que as mesmas estejam de acordo com práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil.


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Ricardo Baldin
Sócio
Contador CRC 1SP110374/O-0

ITAÚSA



GUIA DO *SITE* DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Lançado em julho de 2001

www.itausa.com.br

"... O recente ingresso da Itaúsa no Nível 1 da Bovespa e o lançamento do novo website de Relações com Investidores também demonstram sua preocupação com boa qualidade de *disclosure*."

*BBA - Equity Research in Brazil; julho de 2001
(Traduzido pela Itaúsa)*

SITE DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Desenvolvido com o objetivo de fornecer informações detalhadas, confiáveis e tempestivas sobre a Itaúsa, o *site* de Relações com Investidores desempenha função importante de comunicação com o mercado de capitais, através de uma linguagem simples e ágil, oferecendo: informações de interesse para acionistas, analistas e investidores sobre a organização, as disposições da administração; demonstrações financeiras; evolução das ações.

Além de ser um ponto de convergência na comunicação da Itaúsa e investidores, é canal direto com a área de Relações com Investidores e uma fonte permanente de informações atualizadas sobre a Itaúsa.

A página inicial destaca de forma dinâmica informações, notícias e eventos. Isto é, seu conteúdo é alterado em função da relevância de um determinado evento para a área de Relações com Investidores.

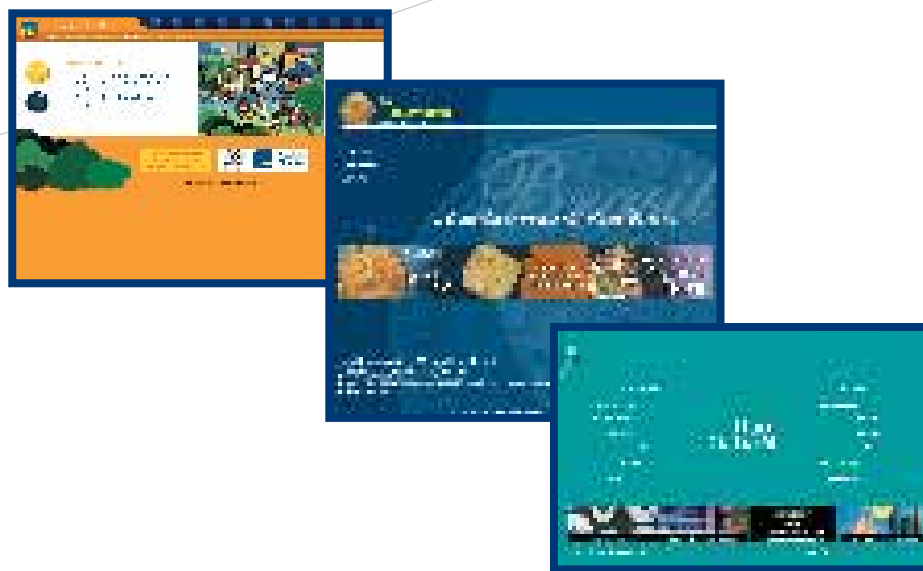


VERSÕES EM PORTUGUÊS E INGLÊS

Face a presença e projeção internacional da Itaúsa, o *site* está também disponível em inglês.

ATUAÇÃO SÓCIO CULTURAL

Programa Itaú Social
Instituto Itaú Cultural
Itaú Numismática



ACESSO AOS SITES DE RI DAS PRINCIPAIS SUBSIDIÁRIAS

Banco Itaú S.A.
Duratex
Deca
Itautec
Elekeiroz
Itaúsa - Empreendimentos



CONVENIÊNCIA E NAVEGABILIDADE

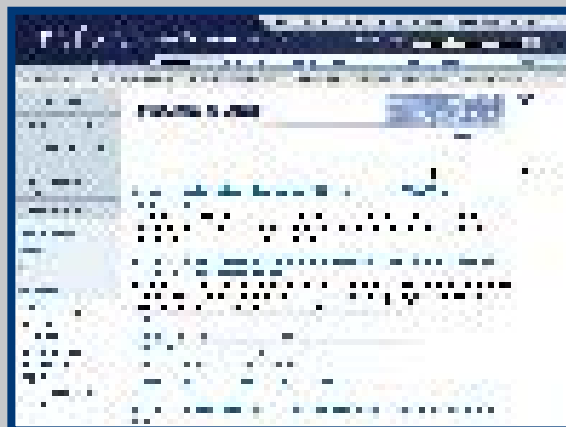
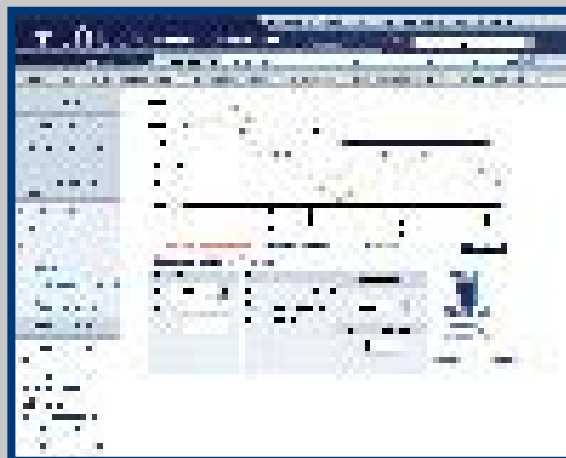
Menu de Serviços

Acesse em todas as páginas do *site* pela barra superior os canais de comunicação com a Área de RI. Selecione o idioma, opine, consulte o glossário ou efetue uma busca no *site*. Ainda é possível ir diretamente aos principais tópicos através do acesso rápido e acompanhar o desempenho das ações da Itaúsa e subsidiárias diretamente da Bovespa.



Menu Lateral

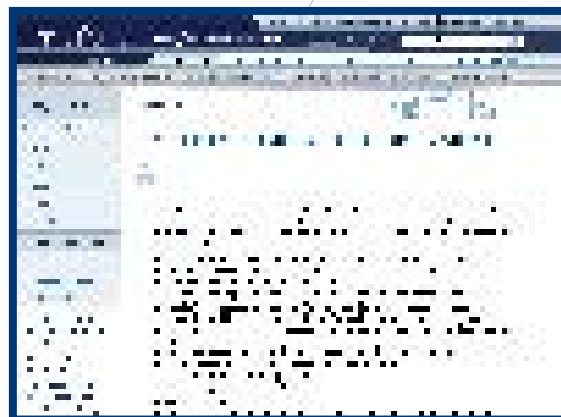
Consulte a agenda com os eventos programados e realizados, acesse diretamente o download center e as cotações das ações da Itaúsa on-line. Ainda, através da barra lateral, há um aplicativo para a impressão do conteúdo da página, fácil, rápido e sem problemas de formatação.



MENU DE SERVIÇOS

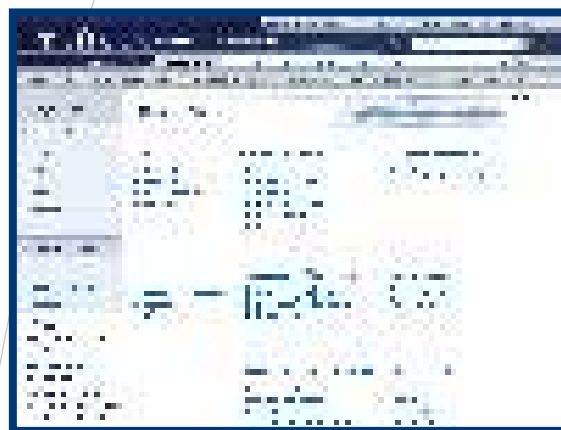
Glossário

Para você consultar os termos utilizados no *site* de Relações com Investidores e no mercado financeiro, que são explicados de forma clara, objetiva e didática.



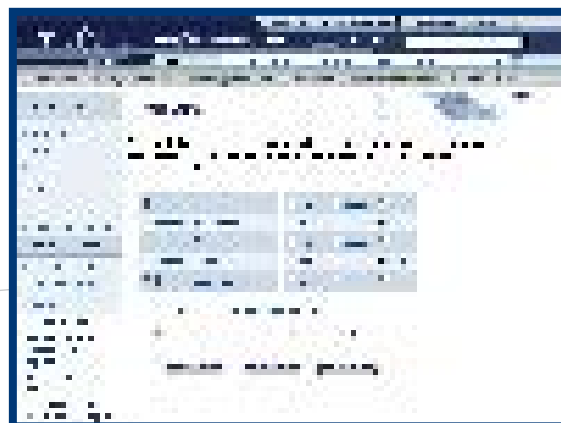
Mapa do Site

Localize-se rapidamente no mapa do *site* com toda a estrutura de informações, permitindo que você vá diretamente ao assunto de seu interesse.



Você Opina

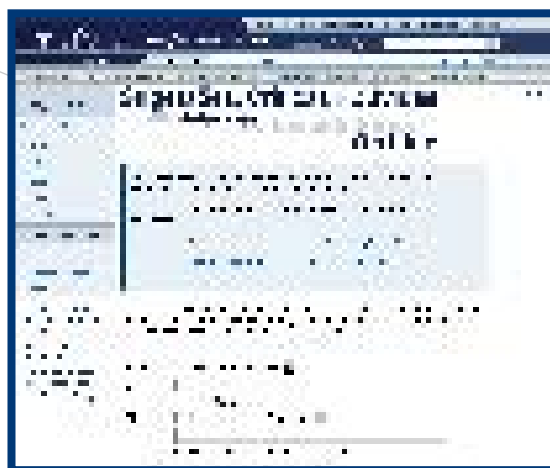
Envie suas opiniões a respeito do *site* de Relações com Investidores, para que o tornemos cada vez melhor, mais interessante e adequado às suas necessidades.



MENU DE SERVIÇOS

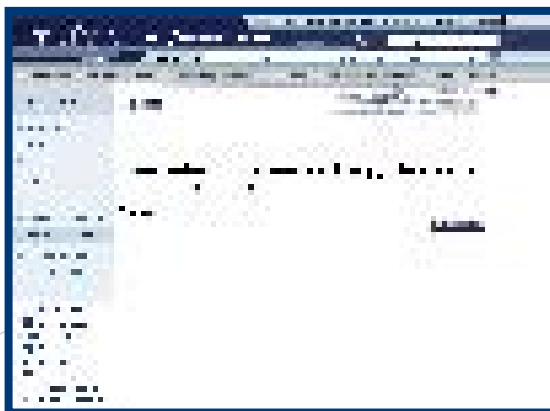
Fale Conosco

Este é o canal de comunicação online da Itaúsa com o mercado, para sugestões, dúvidas e/ou críticas. Contém ainda todos os Contatos relevantes para acionistas, analistas, investidores e usuários em geral.



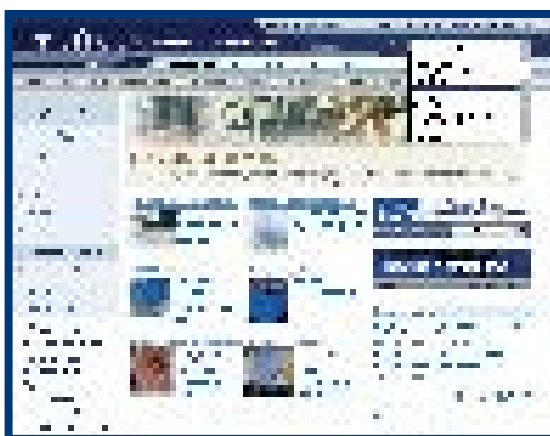
Busca

Facilite ainda mais a localização de informações, utilizando o mecanismo de busca por palavra. Ele indicará as ocorrências em todo o conteúdo do *site*.



Acesso Rápido

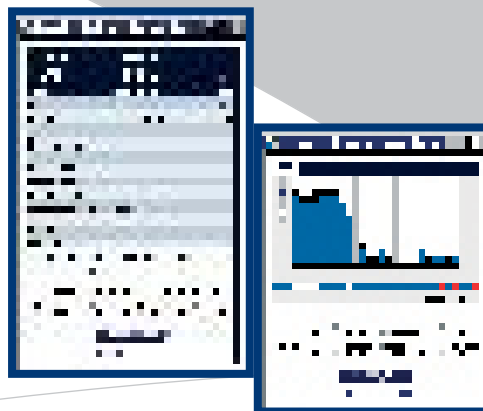
Sempre disponível no *site* de Relações com Investidores, é uma relação dos assuntos mais frequentemente acessados, através de links diretos.



MENU LATERAL

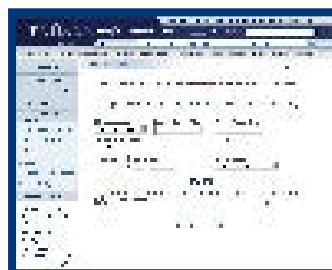
Cotações On-line e Intraday

Acompanhe aqui as cotações das ações ON e PN da Itaúsa e suas subsidiárias com apenas 15 minutos de defasagem em relação ao pregão da Bolsa. Acompanhe também o índice Bovespa e o índice de Governança Corporativa.



Stock Alert

Este serviço permite que você escolha até três ações (da Itaúsa e empresas do grupo), defina preços limites e, quando estes forem alcançados, automaticamente um aviso é enviado para o e-mail ou celular que você informou.



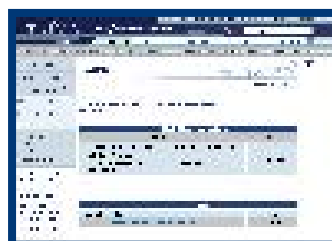
E-mail Alert

Este é o sistema de cadastro do site da Itaúsa. Aqui você escolhe os assuntos de maior interesse, aqueles sobre os quais você gostaria de saber via e-mail. Assim, você receberá todos os comunicados e fatos relevantes divulgados pela Itaúsa em tempo real. Além disso, pode ainda solicitar materiais como relatórios anuais e trimestrais via correio.



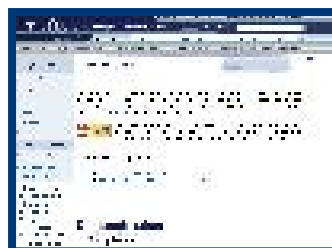
Agenda

Apresenta a agenda dos eventos realizados e previstos, destinados ao mercado. Consulte nesta seção as datas das Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias.



Download Center

Todos os arquivos para *download* que estão no *site* de RI, podem ser acessados também neste local, para facilitar sua consulta.



CONHEÇA A ITAÚSA

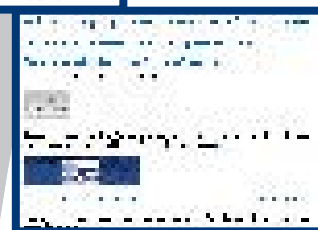
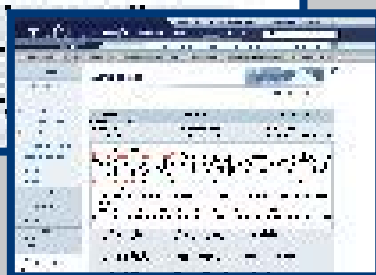
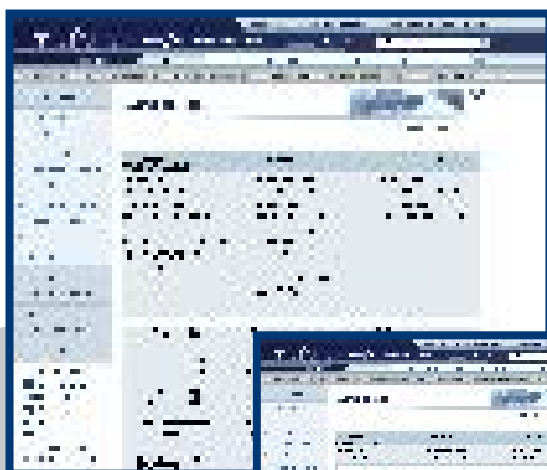
Proporciona informações rápidas, concisas e, ao mesmo tempo, aprofundadas sobre a Itaúsa e suas operações. Pode-se consultar informações sobre a administração, formação e experiência profissional do Conselho de Administração e Diretoria, Governança Corporativa, Empresas do Grupo, Estatuto, Estrutura Acionária e Contatos.

Quem Somos e Empresas Relacionadas

Uma visão geral sobre a Itaúsa e as empresas que a compõem: Banco Itaú S.A., Duratex, Itautec, Elekeiroz, Itaúsa Empreendimentos.

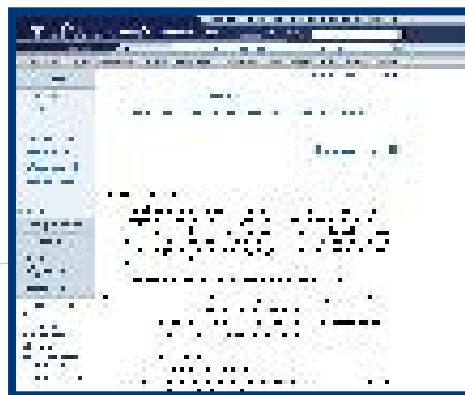
Administração e Governança Corporativa

Conheça nossos conselheiros e executivos e saiba tudo sobre as práticas de Governança Corporativa da Itaúsa, empresa que integra o Nível 1 da Bovespa.



Política de Negociação

Conheça nossa Política de Negociação de Valores Mobiliários - maior transparência e ética por parte da Itaúsa.



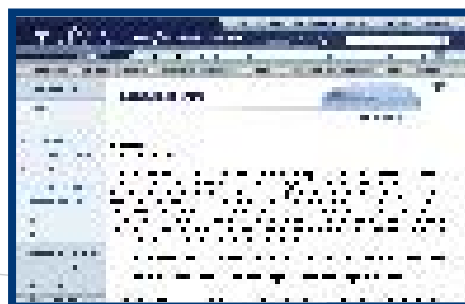
Política de Divulgação

Saiba os compromissos assumidos pela Itaúsa na divulgação de fatos relevantes, de acordo com a Instrução CVM nº 358.



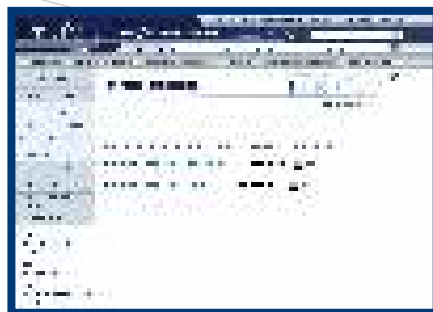
Estrutura Acionária

Saiba quem são os principais acionistas da Itaúsa.



Ainda nesta seção: *Estatuto Social e Contatos*

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS



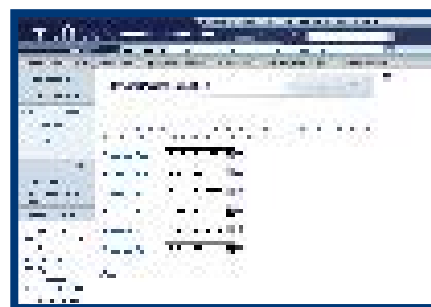
Principais Indicadores

Aqui você encontra um histórico semestral desde 1997, com os principais números sobre o Resultado e Balanço.



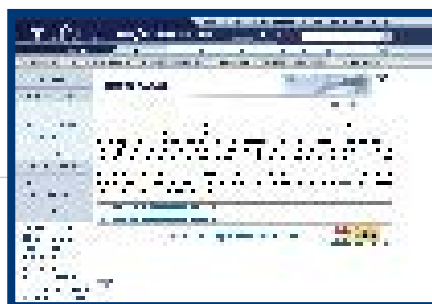
Demonstrações Contábeis

Acesse as Demonstrações Contábeis Completas, trimestralmente, desde dezembro de 1997.



Relatório Anual

Acesse aqui a mais completa e atualizada fonte de informações online sobre a Itaúsa, o Relatório Anual Online de 2001 e 2000.

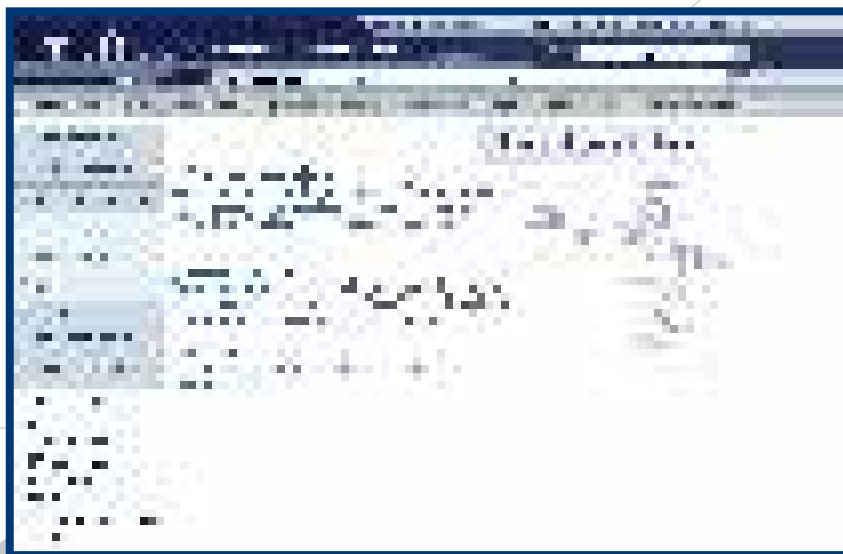


Relatório de RI

Acesse aqui os relatórios de relações com investidores da Itaúsa, que contém também as demonstrações financeiras.

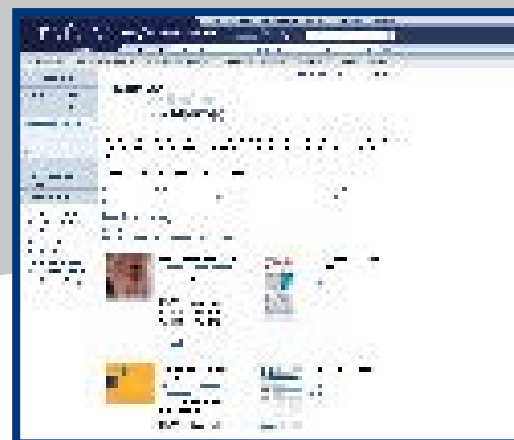


APRESENTAÇÕES DA ITAÚSA



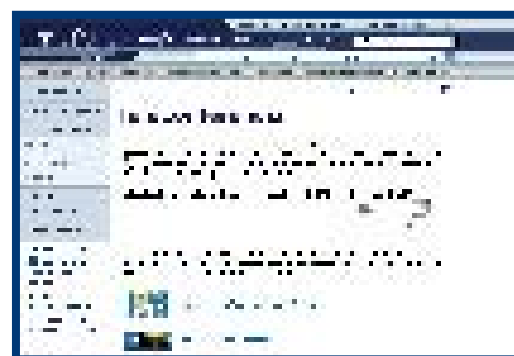
Reuniões com Analistas

Tudo sobre as reuniões promovidas pela Alta Administração da Itaúsa na Associação Brasileira dos Analistas do Mercado de Capitais - Abamec, detalhando performance, estratégia e perspectivas.



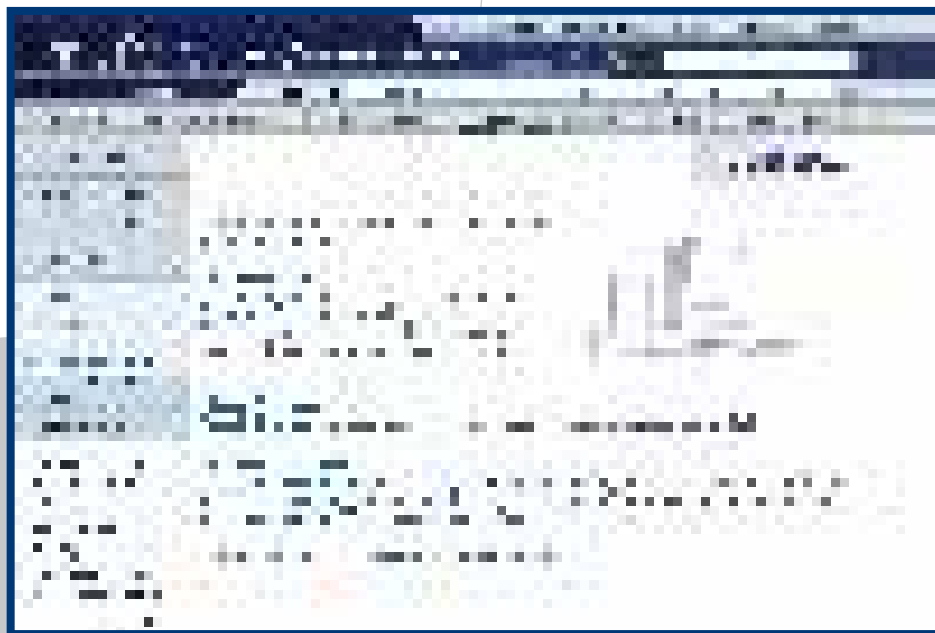
Teleconferências

Teleconferências sobre resultados e eventos relevantes com a participação dos executivos de Relações com Investidores das principais empresas controladas pela Itaúsa.



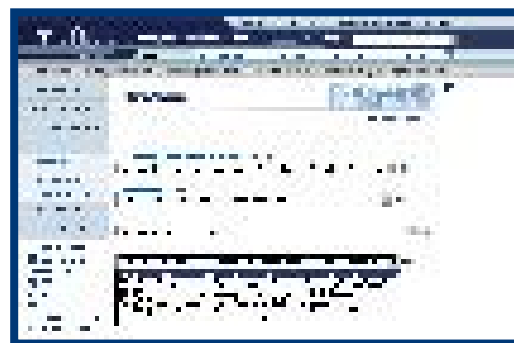
Ainda nesta seção: Agenda

COMUNICADOS E FATOS RELEVANTES



Comunicados

Tenha acesso a um amplo histórico de comunicados oficiais, organizados em Resultados, Distribuição de Dividendos, Reuniões do Conselho de Administração, Assembléias Gerais e Outros.



Fatos Relevantes

Encontre as informações relevantes divulgadas pela Itaúsa para o mercado, tais como: aquisições, novos negócios e reestruturações.



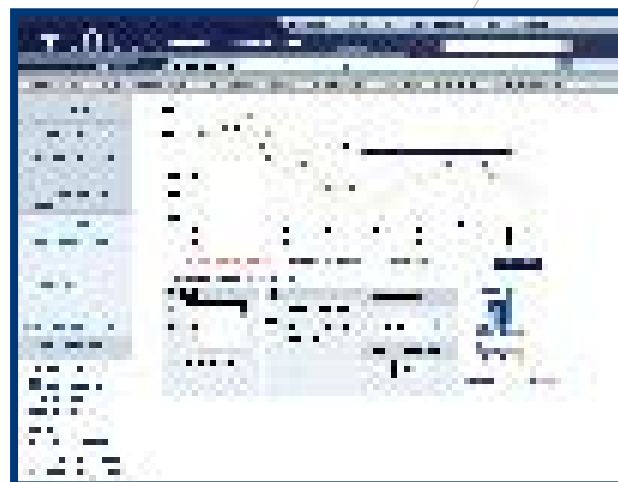
Ainda nesta seção: Política de Divulgação

ITAÚSA NO MERCADO DE AÇÕES



Evolução do Investimento

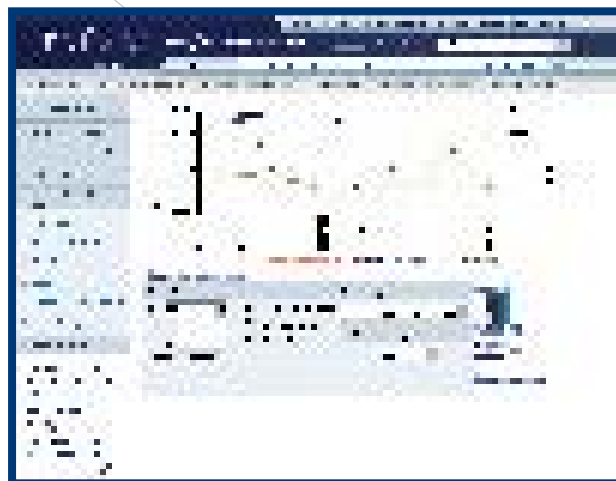
Simule a evolução de investimento em ações Itaúsa. Você pode escolher o valor e simular quanto renderia a sua aplicação em ações da Itaúsa, comparando com o Ibovespa ou utilizando um indexador (Real, Dólar, IGPM, Poupança, CDI e Selic) de sua preferência. A base de dados é de dez anos.



Ainda nesta seção: Stock Alert e Política de Negociação

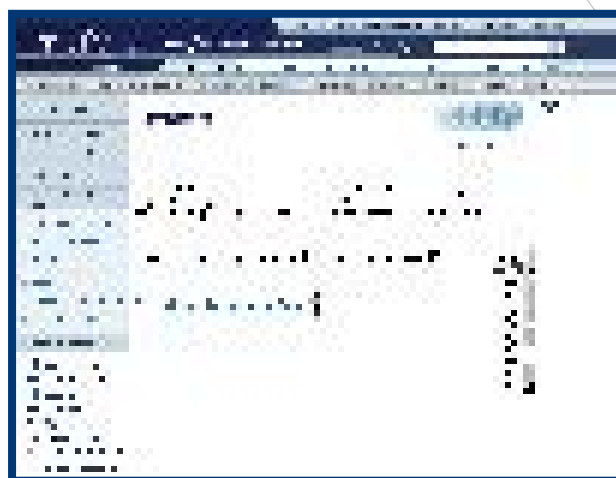
Evolução das Ações

Acompanhe a evolução das cotações das ações Itaúsa nos últimos dez anos com várias opções de prazos e índices (Real, Dólar, IGPM, Poupança, CDI e Selic).



Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio

Histórico de pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio unitários desde 1978, mês a mês (com download).

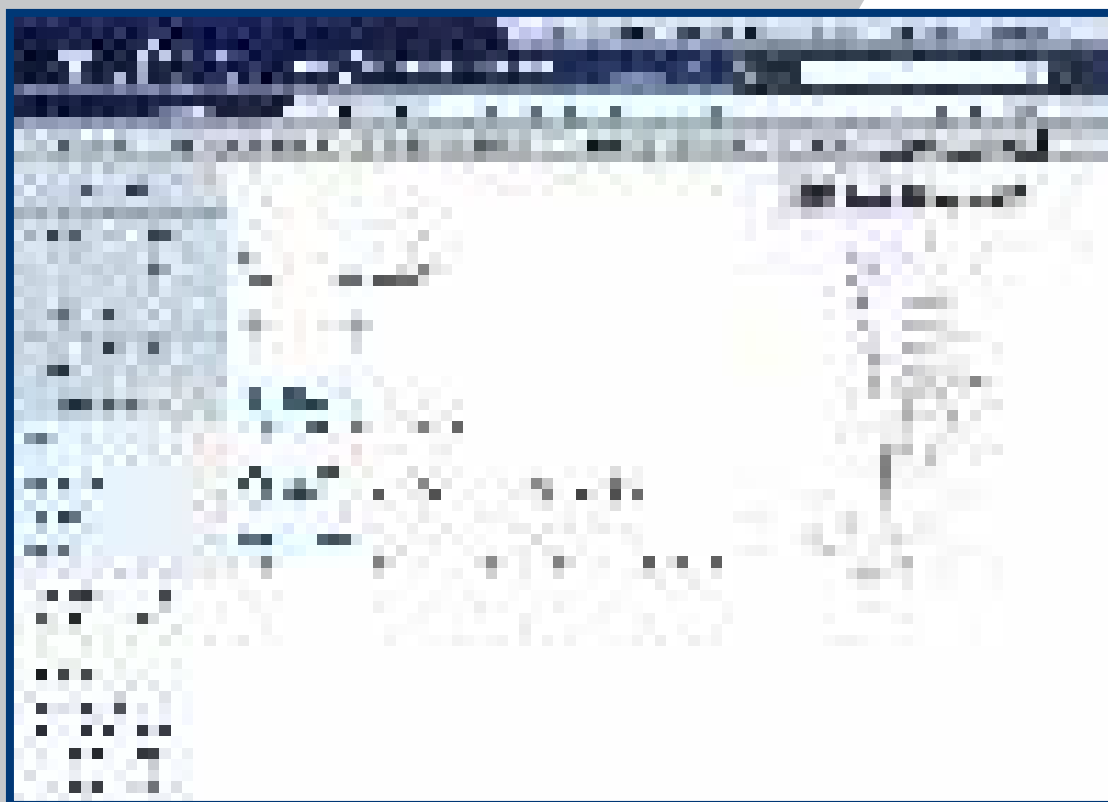


Atendimento aos Acionistas

Obtenha informações de como atualizar seus dados, sua posição acionária, custódia sem custo, e como comprar e vender suas ações.



OPINIÃO DO MERCADO

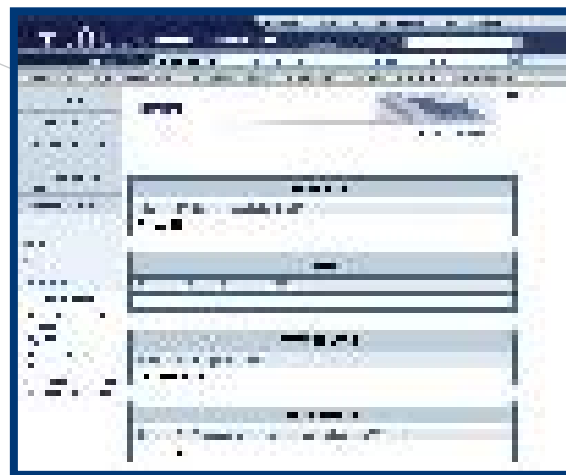


Itaúsa na Mídia
Veja as notícias publicadas na Mídia impressa
e eletrônica sobre a Itaúsa.



Ranking

Acompanhe os *Rankings* da Itaúsa publicados na mídia especializada.



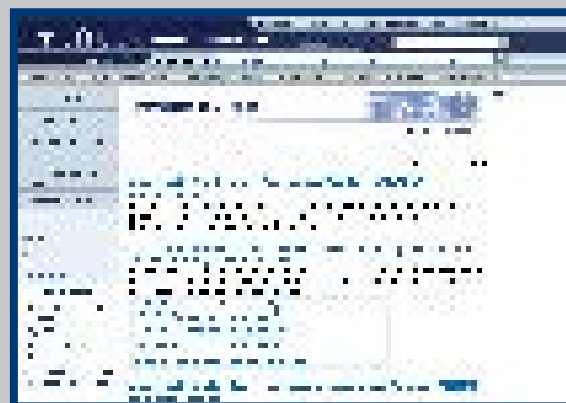
Consensus

Analise as estimativas de lucros e *Consensus* de recomendações para as ações da Itaúsa obtidas junto a bancos de investimento e outras fontes.



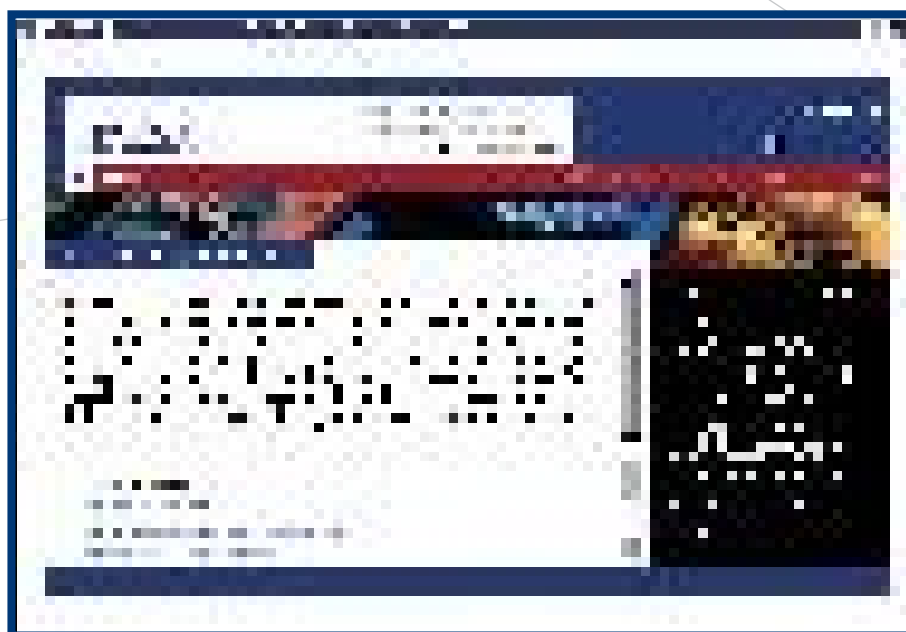
Instituições

Tenha acesso aos *sites* de algumas instituições do mercado.



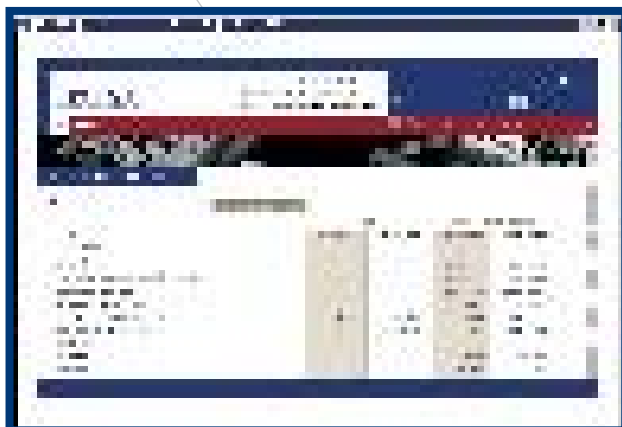
RELATÓRIO ANUAL ON-LINE

Saiba tudo sobre a performance da Itaúsa em 2001.



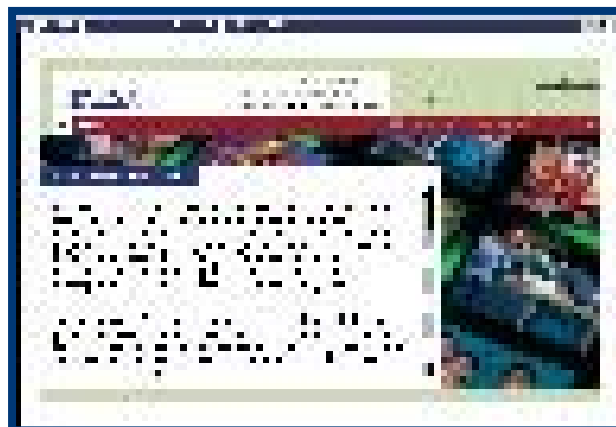
Demonstrações Financeiras

Aqui estão as Demonstrações Contábeis Completas, incluindo as Notas Explicativa.



Balço Social e Ambiental

Saiba tudo sobre a criação de valor da Itaúsa para a sociedade.



Download

Aqui você encontra os arquivos do Relatório Anual, Balanço Social e Demonstrações Financeiras nos formatos pdf, xls e doc.

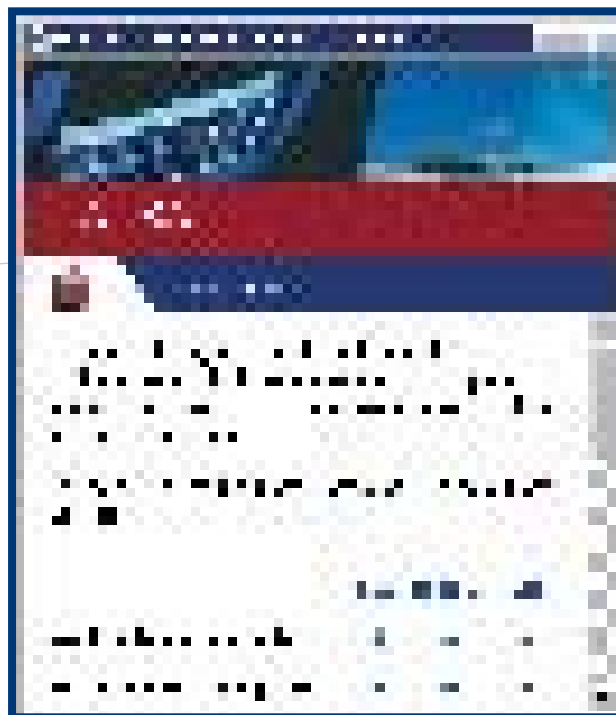


Apresentações - Itaúsa:
Cada vez mais transparente.



Avalie o RAO

Dê sua opinião e ajude-nos a melhorar o RAO da Itaúsa.



Comunicados

Esta seção reúne todos os comunicados e fatos relevantes divulgados pela Administração da Itaúsa para o mercado.

O link ⓘ indica que há informações mais atualizadas sobre o assunto no site da Itaúsa.



Site de Relações com Investidores Itaúsa. Mas pode chamar de transparência on-line.



O compromisso com o Grupo Itaúsa também está na internet. No site de Relações com Investidores Itaúsa, além de informações para o mercado, você encontra toda a transparência e a face do Grupo. E o compromisso Itaúsa, on-line com suas investidoras.

• **Relações com Investidores**
• **Relatório Anual**
• **Relatório de Sustentabilidade**
• **Relatório de Governança**

• **Relatório de Meio Ambiente**
• **Relatório de Trabalho**
• **Relatório de Comunidade**
• **Relatório de Segurança**

• **Relatório de Inovação**
• **Relatório de Qualidade**
• **Relatório de Segurança**

• **Relatório de Sustentabilidade**
• **Relatório de Governança**
• **Relatório de Segurança**
• **Relatório de Qualidade**



ITAÚSA

GRUPO DE EMPRESAS DO BANCO ITAÚNICO S.A. - CRIADA EM 1997

Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
<p>Presidente Olavo Egydio Setubal</p> <p>Vice-Presidente Maria de Lourdes Egydio Villela</p> <p>Conselheiros Alfredo Egydio Arruda Villela Filho José Carlos Moraes de Abreu Luiz de Moraes Barros Paulo Setubal</p>	<p>Diretor Presidente Olavo Egydio Setubal</p> <p>Diretor Geral José Carlos Moraes de Abreu</p> <p>Diretores Vice-Presidentes Executivos Jairo Cupertino Roberto Egydio Setubal</p> <p>Diretores Executivos Henri Penchas Luiz de Campos Salles</p>	<p>Presidente José Marcos Konder Comparato</p> <p>Conselheiros Geraldo de Camargo Vidigal Luiz Eduardo Franco de Abreu</p>

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

• Presidente

Olavo Egydio Setubal

Nascido aos 16/04/1923.

Itaúsa Investimentos-Itaú S.A.: Presidente do Conselho de Administração desde abril de 2001 e Diretor Presidente desde março de 1986. Diretor Geral entre 1966 e 1970, Diretor Presidente entre 1970 e 1975 e entre 1979 e 1985. Membro do Conselho de Administração entre 1966 e 1975, 1979 e 1985 e outubro de 1986 e 2001.

Banco Itaú S.A.: Presidente do Conselho de Administração desde outubro de 1986, Diretor Geral entre 1964 e 1975 e Diretor Presidente entre 1979 e 1985.

Prefeito da cidade de São Paulo entre 1975 e 1979 e Ministro de Relações Exteriores entre 1985 e 1986.

Membro do Conselho Monetário Nacional (CMN) nos anos de 1974 e 1975.

Formação Acadêmica: Engenheiro formado pela Escola Politécnica de São Paulo (USP), em 1945.

• Vice-Presidente

Maria de Lourdes Egydio Villela

Nascida aos 08/09/1943.

Itaúsa Investimentos-Itaú S.A.: Vice-Presidente do Conselho de Administração desde abril de 2001.

Banco Itaú S.A.: Membro do Conselho de Administração desde março de 1993.

Presidente do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM) e do Instituto Itaú Cultural.

Formação Acadêmica: Psicóloga formada pela Pontifícia Universidade Católica (PUC), em 1971.

• Conselheiros

Alfredo Egydio Arruda Villela Filho

Nascido aos 18/11/1969.

Itaúsa Investimentos-Itaú S.A.: Membro do Conselho de Administração desde agosto de 1995

Banco Itaú S.A.: Vice-Presidente do Conselho de Administração eleito em abril de 2001.

Membro do Conselho de Administração da Itautech Philco S.A. desde abril de 1997.

Formação Acadêmica: Engenheiro Mecânico, formado pelo Instituto Mauá de Tecnologia, em 1992 e Pós-Graduado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

José Carlos Moraes de Abreu

Nascido aos 15/07/1922.

Itaúsa Investimentos-Itaú S.A.: Membro do Conselho de Administração desde maio de 2001 e Diretor Geral desde abril de 1983, Diretor Vice-Presidente entre 1966 e 1976 e entre 1979 e 1983, Diretor Presidente entre 1976 e 1979, Diretor Gerente em 1966.

Banco Itaú S.A.: Vice-Presidente do Conselho de Administração desde 1986, Presidente do Conselho de Administração em 1985 e Diretor Geral entre 1976 a 1985. Membro do Conselho Monetário Nacional (CMN) entre 1975 a 1984.

Formação Acadêmica: Advogado formado pela Universidade de São Paulo (USP), em 1944.

Luiz de Moraes Barros

Nascido aos 30/06/1909.

Itaúsa Investimentos-Itaú S.A.: Membro do Conselho de Administração desde dezembro de 1971.

Banco Itaú S.A.: Diretor Vice-Presidente entre 1966 e 1975, Diretor Presidente entre 1975 e 1977 e Membro do Conselho de Administração desde junho de 1966.

Membro do Conselho de Administração da Duratex S.A.

Formação Acadêmica: Advogado formado pela Universidade de São Paulo (USP), em 1931.

Paulo Setubal

Nascido aos 12/04/1949.

Membro do Conselho de Administração desde abril de 1999. Diretor Executivo entre 1987 e 1991 e Diretor Vice-presidente Executivo entre 1991 e 1999. Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Duratex S.A., Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Itautech

Philco S.A.. Formação Acadêmica: Engenheiro Eletricista formado pela Faculdade de Engenharia Industrial, em 1971. Pós Graduação em Finanças pela Faculdade Getúlio Vargas, em 1974.

DIRETORIA

• Diretor Presidente

Olavo Egydio Setubal

(Consulte a biografia na página anterior)

• Diretor Geral

José Carlos Moraes de Abreu

(Consulte a biografia ao lado)

• Diretores Vice-Presidentes Executivos

Jairo Cupertino

Nascido aos 27/08/1925.

Diretor Vice-presidente Executivo desde agosto de 1986.

Diretor Conselheiro entre 1974 e 1975, Diretor Gerente entre 1975 e 1977, Membro do Conselho de Administração entre 1974 e 1990, Diretor entre 1978 e 1986. Diretor Gerente entre 1974 e 1980, Diretor Vice-presidente Executivo entre 1980 e 1990, Membro do Conselho de Administração entre 1974 e 2001, Membro do Comitê Consultivo Internacional entre 1988 e 1998, do Banco Itaú S.A.. Formação Acadêmica: Engenheiro formado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP).

Roberto Egydio Setubal

Nascido aos 13/10/1954.

Itaúsa Investimentos-Itaú S.A.: Diretor Vice-Presidente Executivo desde maio de 1994.

Banco Itaú S.A.: Membro do Conselho de Administração desde

abril de 1995, Diretor Geral entre agosto de 1990 e março de 1994, Diretor Presidente e Diretor Geral desde abril de 1994.

Presidente da Federação Nacional de Bancos (Fenaban).

Presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban) de abril de 1997 a março de 2001.

Formação Acadêmica: Formado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), em 1977 e Master of Science Engineering pela Stanford University, em 1979.

• Diretores Executivos

Henri Penchas

Nascido aos 03/02/1946.

Itaúsa Investimentos-Itaú S.A.: Diretor Executivo desde dezembro de 1984, Responsável pela Área de Controle Econômico e Diretor de Relações com Investidores.

Banco Itaú S.A.: Membro do Conselho de Administração e Vice-Presidente Sênior desde abril de 1997, Vice-Presidente Executivo entre abril de 1993 e março de 1997.

Formação Acadêmica: Engenheiro Mecânico formado pela Universidade Mackenzie, e pós-graduação em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Luiz de Campos Salles

nascido aos 05/06/1943.

Diretor Executivo. Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Itaú Seguros S.A..

Formação Acadêmica: Engenheiro Eletricista - modalidade Eletrônica, formado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (1967) Curso de Eletrônica na University of Virginia, Charlottesville, Virgínia, USA, 1968/69 - (Fullbrighth Comission) "Master of Sciences" em "Systems and Information Sciences", Syracuse University, New York, USA, 1973.

CONSELHO FISCAL

• Presidente

José Marcos Konder Comparato

Nascido aos 25/09/1932.

Presidente do Conselho Fiscal da Itaúsa Investimentos Itaú S.A. desde maio de 1995. Membro do Conselho Fiscal desde abril de 2000 e Diretor Gerente do Banco Itaú S.A. entre 1980 e 1986. Diretor da Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., de 1972 a 1974. Diretor Presidente da Itaúsa Empreendimentos S.A. entre 1979 e 1995. Formação Acadêmica: Engenheiro Civil formado pela Escola Politécnica da USP em 1955.

• Conselheiros

Geraldo de Camargo Vidigal

Nascido aos 18/11/1921.

Membro do Conselho Fiscal da Itaúsa Investimentos Itaú S.A. desde 1995. Professor Titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Consultoria Geral da FEBRABAN e da ASSOBESP com atividades de Superintendência dessas entidades entre 1967 e 1977. Presidente da SERASA - Centralização de Serviços dos Bancos entre 1968 e 1980. Fundador do IBCB - Instituto Brasileiro de Ciência Bancária. Fundador do CNAB - Centro Nacional de Automação Bancária. Fundador do CENABAN - Centro Nacional de Estudos de Arrecadação Bancária. Membro do Conselho Jurídico da Federação do Comércio do Estado de São Paulo. Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros. Membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas. Membro da Academia Internacional de Direito e Economia. Publicou obras voltadas para o Direito, obras em prosa e livros de poemas. Formação Acadêmica: Direito.

Luiz Eduardo Franco de Abreu

Nascido aos 04/05/1960.

Membro do Conselho Fiscal da Itaúsa Investimentos Itaú S.A. desde abril de 2001. Professor de Finanças da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Diretor de Operações da Pacific do Brasil Comércio Exterior entre 1987 e 1994. Diretor Superintendente da Ormec Engenharia entre 1995 e 1997. Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente do Banco de Brasília (BRB) entre 1997 e 1999. Membro do Conselho de Administração da Cia Brasileira de Securitização (CIBRASEC) entre 1997 e 1998. Membro do Conselho Diretor da Federação Brasileira das Associações de Bancos (FEBRABAN) entre 1997 e 1999. Membro do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP) entre 1997 e 1999. Diretor da NSG (GFC) Consultores Associados desde 1999. Formação Acadêmica: Administrador formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1982. "Master of Science" pela London School of Foreign Trade, em 1984. Pós-graduado em finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC), em 1995. "Master of Business Administration" pela Duke University em 2001..

RANKINGS

Fortune Magazine

"Global 500 Largest Companies", julho de 2002

Itaúsa - 492º

Businessweek

"The Top 200 Emerging-Market Companies", julho de 2002

Itaúsa - 124º

Exame

"Melhores e Maiores", julho de 2002

Vendas - 2º

Gazeta Mercantil

"Balanço Anual", julho de 2002

Patrimônio Líquido - 9º

ITAÚSA

Investimentos Itaú S.A.

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.

Henri Penchas

Diretor de Relações com Investidores

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100

CEIC – Centro Empresarial Itaúsa – Torre Conceição, 12º andar

São Paulo – SP – CEP 04344-902

Telefone : (55)-11-5019-1677

Fax : (55)-11-5019-1114

e-mail: relacoes.investidores@itausa.com.br

Website: www.itausa.com.br

Banco Itaú S.A.

Alfredo Egydio Setubal

Diretor de Relações com Investidores

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100

CEIC – Centro Empresarial Itaúsa – Torre Conceição, 11º andar

São Paulo – SP – CEP 04344-902

Telefone : (55)-11-5019-1549

Fax : (55)-11-5019-1133

e-mail: relacoes.investidores@itau.com.br

Duratex

Plínio do Amaral Pinheiro

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Av. Paulista, 1938 5º andar

São Paulo – SP – CEP 01310-942

Telefone : (55)-11-3179-7279

e-mail: diretoria.financeira@duratex.com.br

Alvaro Penteadado de Castro

Gerente de Relações com Investidores

Telefone : (55)-11-3179-7259

e-mail: alvaro.castro@duratex.com.br

Itautec – Philco

Ricardo Egydio Setubal

Diretor de Relações com Investidores

Rua Santa Catarina, 01 – Prédio 02 – 2º andar

São Paulo – SP – CEP 03086-020

Telefone: (55)-11-6097-4015

fax: (55)-11-6097-4025

e-mail: rsetubal@itautec-philco.com.br

Elekeiroz

Reinaldo Rubbi

Diretor de Relações com Investidores

Av. Paulista, 1938, 2º andar

São Paulo – SP – CEP 01310-942

Telefone: (55)-11-3179-7877

fax: (55)-11-3179-7866

e-mail: rubbi@elekeiroz.com.br